

Caeté



PRODUTO 1

RELATÓRIO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO
E DOS LANÇAMENTOS DOS PROCESSOS DE REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES

NOVEMBRO/2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

PRODUTO 1

RELATÓRIO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO
E DOS LANÇAMENTOS DOS PROCESSOS DE REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAETÉ

NOVEMBRO/2016

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais

Fernando Damata Pimentel

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR)

Carlos Moura Murta

Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte | ARMBH - Diretora-Geral

Flávia Mourão Parreira do Amaral

EQUIPE TÉCNICA | ARMBH

Coordenação - Diretor de Regulação Metropolitana

Mateus Almeida Nunes

Comissão Executiva

Camila Miranda Knauer

Fabiana Caroline Ribeiro Rocha

Júlia Monteiro de Castro Laborne

Sabrina Faria Rocha

Diretoria de Regulação Metropolitana

Daniel de Freitas Moraes Mendes

Adalberto Stanley Marques Alves

Fabício Pallione Avelar

Marilda Siqueira Castro

Vitor Fonseca Lima

Viviane Cota Alves da Silva

Flavio Santos Neves

Roscelly Cristinne Lima Moreira

Gisele Olímpia Piedade Carneiro

Matheus Correa Almeida

Assessoria de Comunicação

Denise Walter Dias

Aloisio Soares Lopes

Maria Zita Toledo

Jéssica Nayara Benfica

Marina Cupertino Xavier

EQUIPE TÉCNICA | UFMG

Coordenação Geral

Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

Coordenação Técnica

Daniel Medeiros de Freitas, Professor, EA/UFMG

Geraldo Magela Costa, Professor, IGC/UFMG

Heloisa Soares de Moura Costa, Professora, IGC/UFMG

Gerência Operacional

Mariana de Moura Cruz, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Lucília Maria Zarattini Niffenegger, Cedeplar/FACE/UFMG

Gerência Técnica

João Bosco Moura Tonucci Filho, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Marcos Gustavo Pires de Melo, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Coordenação de Sistema de Informações e Comunicação

Eduardo Maia Memória, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Coordenação de Mobilização Social

Rodolfo Alexandre Cascão Inácio, Consultor

Coordenação dos Lugares de Urbanidade Metropolitana

Clarice de Assis Libânio, Assistente de Pesquisa, NPGAU/UFMG

Coordenação Interna

Bruno Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima, Assistente de Pesquisa, UFMG

Daniela Adil Oliveira de Almeida, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Leandro de Aguiar e Souza, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luiz Felype Gomes de Almeida, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Equipe Técnica

André Henrique de Brito Veloso, Assistente de Pesquisa, UFMG

Heloísa Schmidt de Andrade, Consultora.

Hildelano Delanusse Theodoro, Assistente de Pesquisa, EE/UFMG

Laís Grossi de Oliveira, Assistente de Pesquisa, UFMG

Leopoldo Ferreira Curi, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luciana Maciel Bizzotto, Assistente de Pesquisa, UFMG

Marcos Eugênio Brito de Castro, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Matheus Silva Romualdo, Assistente de Pesquisa, UFMG

Rodrigo Silva Lemos, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Thaís Mariano Nassif Salomão, Assistente de Pesquisa, UFMG

Tiago Neves Guerra Lages, Assistente de Pesquisa, UFMG

Estagiários

Ana Paula de Oliveira Freitas, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Cintya Guedes Ornelas, Assistente de Pesquisa, UFMG

Evandro Luis Alves, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Júlio César de Oliveira, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Kaiodê Leonardo Biague, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Mariana Tornelli de Almeida Cunha, Assistente de Pesquisa, UFMG

Thaís Pires Rubioli, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Thiago Duarte Flores, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE CAETÉ

Thomaz Henrique Moreira de Castro, Representante do Poder Executivo

Weber Leite Marchi, Representante do Poder Executivo

Julio Cesar Batista, Representante do Poder Executivo

René Renaut, Representante do Poder Executivo

João Carlos Costa, Representante do Poder Legislativo

Guilherme Gustavo e Sousa Rosa, Representante do Poder Legislativo

Marly Ferreira, Representante da Sociedade Civil

Ademir Martins Bento, Representante da Sociedade Civil

Melque Zedeck de Camargo Filho, Representante da Sociedade Civil

Túlio Pinheiro de Ornelas, Representante da Sociedade Civil

Higor Reyluer Franco Zacarias Leite, Representante da Sociedade Civil

Leandro dos Reis Rodrigues, Representante da Sociedade Civil

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

CEDEPLAR– Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

EA/UFMG – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

FACE/UFMG – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

IGC/UFMG - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

MZ – Macrozoneamento

MZRMBH – Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Abertura da Audiência Pública de Caeté e Composição da Mesa.....	32
Figura 2 - Fala Institucional da Agência Metropolitana.....	33
Figura 3 - Apresentação da Legislação Urbanística vigente no município.....	34
Figura 4 - Apresentação da Equipe da UFMG: Contextualização Metropolitana ..	35
Figura 5 - Presenças na Audiência Pública de Lançamento do Plano Diretor Municipal.....	37
Figura 6 - Abertura da fala aos presentes	38
Figura 7 - Abertura da fala aos presentes	39
Figura 8 - Votação do Grupo de Acompanhamento	41
Figura 9 - Leitura da Ata e Encerramento da Audiência Pública.....	42
Figura 10 - Foto da divulgação no município.....	46
Figura 11 - Foto da divulgação no município.....	46

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
PARTE 01 - METODOLOGIA PRELIMINAR.....	15
1 INTRODUÇÃO	15
2 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES METODOLÓGICOS	17
3 METODOLOGIA PRELIMINAR POR ETAPA DE TRABALHO.....	24
3.1 Metodologia de elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo	24
3.2 Metodologia de elaboração das Propostas Preliminares.....	28
3.3 Metodologia de elaboração das Propostas Finais	29
PARTE 02 - RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA	30
1 INTRODUÇÃO	30
2 RELATO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE CAETÉ	31
2.1 Abertura	31
2.2 Contextualização Local	34
2.3 Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais.....	34
2.4 Contribuições dos presentes à reunião.....	37
2.5 Eleição do Grupo de Acompanhamento	40
2.6 Encerramento.....	41
PARTE 03 - RELATÓRIO DESCRITIVO E FOTOGRÁFICO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	43
1 METODOLOGIA DA MOBILIZAÇÃO.....	43
2 AVALIAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO NO MUNICÍPIO	45
ANEXO I – CÓPIA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	48

ANEXO II - CÓPIA DA ATA LAVRADA E ASSINADA DA AUDIÊNCIA.....	49
ANEXO III – LISTA DE PRESENÇA.....	52
ANEXO IV - CÓPIA DO DECRETO DE FORMALIZAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO.....	57
ANEXO V - MINUTA PROPOSTA E CONVITES FINAIS ENVIADOS PELO MUNICÍPIO PARA AUTORIDADES/ENTIDADES	59
ANEXO VI - MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA	67
ANEXO VII - CONVITE PARA REFORÇAR MOBILIZAÇÃO – MODELO E EMAIL ENVIADO AO MUNICÍPIO	68
ANEXO VIII - ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	70
ANEXO IX - FORMATO AUDIÊNCIA	71
ANEXO X - MINUTA DA ATA DA AUDIÊNCIA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	72
ANEXO XI - ATRIBUIÇÕES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO	74
ANEXO XII - MINUTA DO DECRETO LEI DE LEGITIMAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO.....	75
ANEXO XIII – APRESENTAÇÃO REALIZADA PELA UFMG NA AUDIÊNCIA PÚBLICA	77

APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde ao cumprimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, especificada pela Cláusula Terceira do Contrato Nº 002/2016 firmado na data 10.10.2016 entre a Contratante, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH, e a Contratada, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD.

Em cumprimento à Cláusula Sétima do Contrato Nº 002/2016, a Contratada faz conhecer e entregar o Produto 1 - Relatório do processo de formação dos grupos de acompanhamento e dos lançamentos dos processos de revisão do Plano Diretor do Município de Caeté, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato nº 002/2016 e do Termo de Referência – TR-DR Nº 002/2016 anexo ao Contrato supracitado.

O Produto 1, de acordo com o TR-DR Nº 002/2016 faz parte da Etapa 1, Preparação e capacitação: Desenvolvimento e pactuação da metodologia com Agência RMBH e municípios; formação e capacitação dos grupos de acompanhamento e equipe interna, do objeto contratado conforme a Cláusula Primeira e Terceira do Contrato Nº 002/2016 no intuito de realizar as atividades previstas e acordadas na página 23 da TR-DR Nº002/2016:

1.1 Mobilização e capacitação junto aos municípios para formação e implantação dos grupos de acompanhamento municipal para o processo de revisão dos Planos Diretores com apoio de um grupo de mobilização social, coordenado pela equipe da Universidade;

1.2. Lançamento oficial da revisão dos Planos Diretores em audiências públicas;

1.3. Desenvolvimento preliminar da metodologia.

Os requisitos para desenvolvimento, entrega e aceitação do Produto 1 foram detalhados nas páginas 26 e 27 da TR-DR N°002/2016, nos seguintes termos:

Relatório contendo as atas das audiências públicas de lançamento dos processos de revisão, os decretos de formação dos grupos de acompanhamento, a proposta preliminar da metodologia de trabalho e o relatório descritivo e fotográfico do processo de mobilização social local, bem como listas de presença, convites enviados e demais mecanismos de divulgação utilizados pela equipe da IPEAD e pelo município. A audiência de lançamento do processo de revisão do plano diretor deverá ser divulgada por meio de materiais publicitários de ampla difusão, contendo data, local e tema, com antecedência mínima de 15 dias da realização da audiência. A programação da audiência deverá prever: palestras conceituais, apresentação do cronograma proposto de elaboração do Plano Diretor, eleição do grupo de acompanhamento por segmentos da sociedade civil, e espaço para debates.

Destarte, no intuito de atender os termos do Contrato N° 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR N°002/2016, entrega-se o Produto 1 do Município de Caeté com todos os itens relacionados acima organizados e dispostos nesta forma:

- PARTE 01 - Metodologia Preliminar (em atendimento à atividade 1.3 da Etapa 1, previsto nos critérios de aceitação)
- PARTE 02 - Relatório de Audiência (em atendimento às atividades 1.1 e 1.2 da Etapa 1)
- PARTE 03 – Relatório descritivo e fotográfico do processo de mobilização social (em atendimento à atividade 1.1 da Etapa 1)

PARTE 01 - METODOLOGIA PRELIMINAR

1 INTRODUÇÃO

Este texto, denominado Metodologia Preliminar, tem como finalidade orientar o processo de desenvolvimento e pactuação da metodologia de revisão do Plano Diretor entre a equipe técnica, a Agência RMBH e o município, a qual comporá o Relatório Metodológico, Produto 3 da Etapa I do trabalho. Este processo será orientado também pelas análises dos Planos Diretores e da Legislação Urbanística Básica em Vigor no município (Produto 2 da Etapa 1) e inclui, ainda, amadurecimentos e considerações resultantes da capacitação dos Grupos de Acompanhamento Municipal.

A construção da Metodologia Preliminar traz como princípio o sentido de cidadania metropolitana que orientou a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH) e do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH) da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Busca-se alcançar a participação ativa e ampliada de todas as esferas da sociedade em debate coletivo e democrático sobre o planejamento urbano da metrópole e sua integração com o planejamento urbano municipal.

A Metodologia Preliminar orienta também o método de revisão dos Planos Diretores Municipais quanto ao esforço de compatibilização e especificação, em escala local, dos avanços conceituais e propostas de políticas integrantes do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano, especialmente a definição das Zonas de Interesse Metropolitano (ZIM) e das Áreas de Interesse Metropolitano (AIM), bem como a definição e delimitação da Trama Verde Azul (TVA) e dos Lugares de Urbanidade Metropolitana (LUME).

Importante registrar que a elaboração do trabalho ocorre por meio da cooperação entre diferentes atores. Envolve uma equipe interna selecionada e coordenada pela UFMG trabalhando dentro da Agência RMBH, articulada com outra equipe externa lotada na própria Universidade. À equipe interna cabe o apoio técnico à Agência na elaboração das propostas da revisão dos Planos

Diretores Municipais, o acompanhamento e a consolidação de informações provenientes das etapas participativas e a garantia de compatibilização e integração entre a proposta territorial municipal e a metropolitana, prezando sempre pela articulação, e não pela sobreposição, entre o interesse local e o metropolitano. À equipe externa caberá o acompanhamento e a coordenação dos trabalhos da equipe interna, bem como a responsabilidade pelo desenvolvimento metodológico, conceitual e, quando houver necessidade, pela assessoria técnica e institucional do trabalho.

O município e a sociedade civil são os dois outros atores no processo de revisão dos Planos Diretores, sendo o primeiro responsável pelo fornecimento de informações e transmissão do saber técnico local, pela mobilização social (com apoio e capacitação da equipe da UFMG) e articulação política municipal, além do provimento da infraestrutura necessária para a realização dos eventos participativos e implantação de espaços institucionais ligados à realização da revisão dos Planos Diretores.

Para o desenvolvimento do trabalho de revisão dos Planos Diretores deverá ser formado um Grupo de Acompanhamento Municipal composto por técnicos e representantes do poder público municipal com expertise sobre a produção e a regulação do território do município, bem como por representantes da sociedade civil municipal. Esses grupos deverão não somente acompanhar os trabalhos feitos pela Agência RMBH e equipe interna da UFMG, com apoio da equipe externa, como também contribuir diretamente no desenvolvimento do diagnóstico e na formulação das propostas de revisão dos Planos Diretores. O Grupo exerce, sobretudo, papel como mobilizador social das instâncias que cada membro representa e reproduz em maior escala dos produtos realizados e informações levantadas ao longo do processo.

A seguir, apresentam-se, no item 2 deste relatório, os princípios e propostas norteadoras do planejamento metropolitano que orientarão o processo de revisão dos Planos Diretores; em seguida, no item 3, a proposta de metodologia preliminar subdividida de acordo com as próximas etapas do trabalho

de revisão do Plano Diretor, a saber: a Elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo (Etapa II), a Elaboração das Propostas Preliminares (Etapa III) e a Formulação da Proposta Final (Etapa IV).

2 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES METODOLÓGICOS

O presente processo de Revisão dos Planos Diretores de municípios da RMBH ocorre dentro de um quadro político e institucional que o diferencia dos tradicionais processos de revisão de Planos Diretores até então conhecidos. Isto porque na RMBH há um processo já avançado e consolidado de construção tanto do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) como do seu Macrozoneamento (MZ), o que torna fundamental buscar a articulação e a compatibilização de suas propostas na revisão da regulação do território municipal visando o fortalecimento e a integração da RMBH.

Portanto, além da regulação em nível federal – a saber, o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole –, a atual revisão dos Planos Diretores possui também como ponto de partida não somente os Planos e a legislação urbanística já existentes nos municípios, mas de modo mais decisivo, as propostas, políticas e categorias desenvolvidas no âmbito do processo de planejamento metropolitano em curso há quase uma década. Diante disso, parte da metodologia preliminar dos trabalhos envolve um resgate das principais características do PDDI e do Macrozoneamento que possuem um rebatimento direto e orientador sobre os municípios, particularmente sobre seus Planos Diretores.

Enfim, o sentido principal do trabalho de revisão dos Planos Diretores municipais que aqui se inaugura consiste em garantir a perspectiva metropolitana, principalmente por meio da compatibilização territorial entre as realidades municipais e as propostas do planejamento metropolitano oriundas do PDDI e do MZ, especificamente: a) proposta de reestruturação territorial metropolitana: rede de centralidades e de mobilidade; b) Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs) e Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs); c) Trama Verde e Azul (TVA); d)

Lugares de Urbanidade Metropolitana (LUMEs). Tais propostas formuladas no âmbito metropolitano, acrescidas de diversas outras políticas previstas no PDDI que incidem mais diretamente sobre o território, serão a base para a compatibilização entre o interesse local e o metropolitano, assim como para orientação das propostas de estruturação territorial de cada município. Ao mesmo tempo, tal compatibilização entre as propostas metropolitanas e as propostas municipais concorre para a efetiva implantação tanto do PDDI como do Macrozoneamento sem prejuízo do interesse local; ou seja, o local é considerado também como expressão da política metropolitana de maneira integrada e democrática. O nexo municipal-metropolitano destaca-se, portanto, como desafio premente do processo, e deverá ser observado no detalhamento metodológico por vir.

Nesse sentido, importa iniciar esta proposta metodológica preliminar por meio do resgate e da articulação entre categoriais previstas no PDDI e no MZ de modo a tornar mais evidente qual a função e a importância de cada uma delas na proposta de revisão de cada Plano Diretor aqui trabalhado.

Em primeiro lugar, cabe resgatar que o PDDI parte do diagnóstico em que a RMBH se caracteriza por uma forte centralidade em Belo Horizonte que se expressa em uma desigualdade de desenvolvimento territorial, numa polaridade monocêntrica de oportunidades, numa dependência desequilibrada entre Belo Horizonte e os demais municípios, numa distribuição não-equitativa entre bônus e ônus da dinâmica metropolitana, numa centralização na prestação de serviços etc. Ou seja, a RMBH se caracteriza por uma reprodução dos esquemas dependentes de centro-periferia. Esse quadro se expressa, por exemplo, em um sistema viário e numa lógica de transporte radiocêntrica, ou num balanço de serviços ambientais desequilibrado – não raro às custas dos interesses municipais –, ou ainda numa urbanização estendida com a proliferação de urbanizações periféricas – não raro informais e em conflito com a preservação ambiental.

Na proposta do PDDI, portanto, entende-se que um desenvolvimento mais integrado da RMBH passa pela reestruturação da dinâmica territorial de maneira a romper com a lógica centro-periferia e produzir um espaço com mais possibilidades para um desenvolvimento mais igualitário e sustentável. A reestruturação territorial ambiciona uma metrópole policêntrica, compacta, com centralidades e sub-centralidades articuladas em rede cuja dinâmica seja integrada ao invés de dependente, de modo a respeitar e potencializar as oportunidades e as necessidades locais em articulação com as possibilidades metropolitanas.

A reestruturação territorial é mais do que uma das políticas do PDDI, uma vez que é um tema transversal que pertence ao horizonte de todo o Plano. Nesse sentido, é importante frisar que o PDDI, na sua totalidade, concorre para sua realização, ou seja, a construção de uma metrópole policêntrica integrada em rede depende não somente de esforços na regulação integrada do uso do solo e do planejamento estritamente territorial, mas também da implantação das diversas políticas de todos os eixos do PDDI de acordo com cada especificidade territorial, além, é claro, de um ambiente institucional que estimule e possibilite uma gestão democrática e compartilhada da RMBH. Essa articulação íntima entre a reestruturação territorial e as demais políticas do PDDI é de importância central para a revisão do Plano Diretor, pois esse é um momento privilegiado para a especificação e aplicação de tais políticas na escala local visando a compatibilização da política metropolitana com a política local. Ao tomar as políticas do PDDI como balizas para a articulação e elaboração das políticas municipais de desenvolvimento dá-se um importante passo na efetivação do PDDI como uma proposta de gestão integrada e compartilhada do território metropolitano.

Dessa mesma forma, o Macrozoneamento não deve ser visto apenas como um dos programas que compõe a Política de Metropolitana Integrada de Regulação e Uso do Solo do PDDI – assim como a revisão dos Planos Diretores não pode ser vista como apenas parte do Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais. Não devem ser entendidos tampouco como

processos autônomos e independentes do restante do PDDI. É nessa articulação que as categorias do Macrozoneamento podem ser compreendidas em toda sua complexidade e é dessa forma que irão informar o processo de revisão ora em construção.

As Zonas de Interesse Metropolitano e as Áreas de Interesse Metropolitano são as categorias mais básicas da proposta do Macrozoneamento e aquelas que mais se assemelham, sem se reduzir, às categorias tradicionais do planejamento territorial urbano. Ambas são delimitações de áreas nas quais foi identificada a necessidade de compatibilização entre o interesse metropolitano e o interesse local ou nas quais existe uma possibilidade de articulação transescalar que potencialize a gestão compartilhada e integrada do território. Tendo esses critérios em mente, as AIMS são áreas prioritárias para aplicação integrada de políticas do PDDI para a realização de uma potencialidade ou vocação específica – dentro de uma proposta de desenvolvimento territorial igualmente integrada com a perspectiva de uma RMBH policêntrica e articulada em rede; as ZIMs podem ser interpretadas como áreas nas quais a concretização do interesse metropolitano articulado não depende somente da aplicação das políticas do PDDI, mas também, de modo mais decisivo, da regulação do uso do solo. Ou seja, de modo mais esquemático, as ZIMs são áreas que expressam o interesse metropolitano que demandam uma regulação territorial mais específica. As ZIMs incorporam em parte tanto a proposta de reestruturação territorial metropolitana quanto propostas de outras políticas identificadas com o interesse metropolitano, a exemplo das políticas dos eixos Urbanidade e Sustentabilidade que convergem na proposta da Trama Verde e Azul e outras categorias de sobrezoneamento metropolitano.

Quanto ao rebatimento das ZIMs e das AIMS no planejamento local, deve-se atentar para essa articulação entre aplicação de políticas do PDDI e a regulação do uso do solo, seja numa forma tanto mais direta, pela compatibilização entre a proposta do Macrozoneamento e os Planos Diretores, ou mais indireta, no desdobramento dessas categorias para o planejamento municipal local. Nesses termos, a compatibilização entre o território municipal e o

metropolitano deve se dar tanto na dimensão dos parâmetros e diretrizes dos zoneamentos propostos no Macrozoneamento Metropolitano (ZIMs) quanto nas propostas de políticas articuladas e vinculadas a áreas específicas (AIMs).

Sobreposta territorialmente tanto às ZIMs quanto às AIMs, mas guardando a concepção de um território privilegiado de aplicação de políticas do PDDI, a Trama Verde-Azul, ajuda a compor a imagem de uma região metropolitana articulada em rede, ou seja, é uma outra importante dimensão da reestruturação territorial, uma nova concepção a partir da qual a estrutura da região metropolitana pode ser pensada, visualizada e transformada. A TVA é uma articulação entre elementos ambientais, culturais e econômicos que pretende articular, empoderar e ressignificar territórios marginalizados ou invisibilizados pela lógica tradicional do planejamento – mesmo quando este considerava tais dimensões, porém em categorias analíticas independentes. A TVA permite imaginar uma reestruturação territorial igualmente articulada em rede, mas sob outra perspectiva, que traz à tona a centralidade da natureza no processo de urbanização e a articula de modo horizontal à proposta de centralidades em rede – dando, na verdade, um novo sentido à concepção de centralidade gestada no PDDI. Ou seja, a Trama penetra e entrecruza (não só conceitualmente, mas também física e territorialmente) todas as demais categorias territoriais do Macrozoneamento de modo a enriquecer o significado, a dimensão e as possibilidades de cada uma delas.

Por fim, o primeiro esforço de criação de espaços institucionais para a instauração de um processo de participação contínuo e democrático que visa também o desenvolvimento de um espírito de cidadania metropolitana é representado pelo projeto dos Lugares de Cidadania Metropolitana (LUMEs). No PDDI, os LUMEs derivam de um programa dentro da Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos, e pretendem ser espaços físicos e/ou digitais que constituirão centros locais de organização, coleta e sistematização de informações, de divulgação e debate das principais questões do território metropolitano, de capacitação e troca de experiências entre os atores metropolitanos, e de articulação política entre os interesses metropolitanos e

locais. Os LUMEs, no entanto, são espaços institucionais abertos e orgânicos que devem se constituir como a ponta institucional mais dinâmica e próxima dos atores no processo de gestão democrática compartilhada e das interações entre saber técnico e saber emanado da vida cotidiana local na perspectiva da aprendizagem social. Nesse sentido, a implantação dos LUMEs é um processo de longo prazo e que encontra, no processo de revisão dos Planos Diretores, uma oportunidade de experimentação a partir dos Espaços Físicos e Digitais do Plano Diretor – que pode e deve ser encarada como um embrião de LUME no município trabalhado. Os LUMEs também devem ser vistos como pontos de costura institucional e de participação popular que anima a implantação, o acompanhamento e o desenvolvimento tanto das políticas do PDDI como das propostas mais territoriais (ZIMs, AIMs e TVA). A possibilidade de experiência no processo de participação de revisão do Plano Diretor será essencial para a sensibilização tanto para a importância política e técnica do envolvimento dos diferentes atores do território no processo de planejamento quanto para o exercício de uma cidadania metropolitana. Pretende-se que os LUMEs passem assim a ser guardiões institucionais não só do Plano Diretor como também da sua compatibilização e articulação com o planejamento metropolitano e com o PDDI.

Como o planejamento intersetorial e transdisciplinar é uma diretriz essencial do PDDI, os estudos e propostas não deverão ser organizados conforme suas tradicionais e fragmentadas áreas técnicas e setoriais (uso do solo, mobilidade, habitação etc.), o que apenas reproduziria, no plano metodológico, as análises parcelares e a falta de diálogo entre saberes e instituições que se quer evitar na prática de um planejamento que se pretenda mais integrado. Portanto, estudos e propostas deverão ser orientados pelos Eixos Temáticos Integradores (ETIs) definidos no âmbito do PDDI: Acessibilidade, Seguridade, Sustentabilidade e Urbanidade.

Quanto ao Diagnóstico Propositivo, os estudos técnicos do Produto 6 deverão ser orientados pelas principais linhas de questões e preocupações que tenham emergido da etapa da Leitura Comunitária (Produto 5). Desse modo, os

trabalhos de pesquisa e investigação de caráter mais técnico passam a ser orientados por problemas prioritários e questões críticas emanados do próprio território e organizadas a partir dos eixos integradores acima mencionados. Caminha-se assim na direção de um Diagnóstico Propositivo Participativo que tente superar a distância que geralmente se estabelece entre as etapas de diagnóstico e de proposição, assim como entre as leituras técnicas e as leituras comunitárias.

Ademais, as leituras Comunitárias e Técnicas deverão ser pensadas a partir de uma perspectiva metropolitana, entendida como um olhar diagonal que conecta e articula as escalas local, municipal, supramunicipal, inter-regional e regional. Nem localismo autocentrado, nem regionalismo indiferente às realidades locais: o que se preconiza é uma abordagem transescalar que nos permita melhor compreender os nexos e relações entre cada porção do território municipal e o território metropolitano, no intuito de fortalecer laços, vínculos e relações de complementaridade e reciprocidade. Importa também destacar que por território municipal entende-se a totalidade do município, abrangendo, portanto, suas porções “rurais” e “urbanas”, assim como a diversidade e pluralidade de usos e atividades que nesse território de desenvolvem, tais como aquelas geralmente identificadas apenas com o rural: agricultura, extrativismo, artesanato etc.

Do ponto de vista do processo participativo, além da instalação do Espaço do Plano Diretor, o projeto privilegia a articulação entre saber técnico e saber popular e o processo de participação contínuo, democrático e efetivo através da criação de Grupos de Acompanhamento compostos por membros representativos da sociedade civil e do poder público que passarão, já na primeira etapa do processo, por uma atividade de capacitação. Essa capacitação, entretanto, não se resume à formação e a informação do processo de planejamento metropolitano e de suas categorias; o objetivo da capacitação é uma troca de informações e experiência visando a compatibilização entre os interesses locais e metropolitano representado, num primeiro momento, na pactuação de uma metodologia definitiva e específica para o desenvolvimento do trabalho de revisão. Ou seja, durante a capacitação os grupos de acompanhamento não serão agentes

passivos, mas participarão mais ativamente na construção coletiva de uma metodologia e de um planejamento de trabalho coletivo.

3 METODOLOGIA PRELIMINAR POR ETAPA DE TRABALHO

3.1 Metodologia de elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo

O produto Diagnóstico Propositivo inclui as diretrizes de estruturação urbana do município e a avaliação final em relação às discrepâncias, convergências e necessárias ou possíveis adequações em relação ao Macrozoneamento Metropolitano. Alinhado às diretrizes metodológicas apontadas em item anterior, a elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo adotará como fundamento a construção de pelo menos três níveis de integração. O primeiro, a integração entre os temas técnico-setoriais em quatro Eixos Temáticos Integradores – Acessibilidade, Seguridade, Sustentabilidade e Urbanidade – dando continuidade ao processo adotado para elaboração do PDDI e do Macrozoneamento, que rompe a lógica interna das tradicionais áreas temáticas do campo do planejamento urbano. O segundo, a integração entre diagnóstico e proposta. E o terceiro, a integração entre a leitura técnica e a comunitária.

Para a construção e consolidação do Diagnóstico Propositivo Participativo, propõe-se o seguinte percurso metodológico:

- a) Levantamento e análise preliminar a partir de dados secundários, complementados por eventual reconhecimento preliminar de campo, visando a preparação do material que será subsídio tanto para a realização da primeira oficina comunitária como para a constituição do Espaço Físico e Digital do Plano Diretor. Este levantamento inclui a consulta aos seguintes materiais: (a) o acervo do PDDI e do Macrozoneamento, composto de diagnósticos temáticos transversais e banco de dados georreferenciado; (b) a legislação municipal; c) outras fontes de dados secundários complementares (IBGE, IPEA, Fundação João Pinheiro etc.).

A materialização deste levantamento preliminar foi iniciada pela equipe interna através da formulação de uma apresentação que reúne informações a respeito dos onze municípios abrangidos pelo contrato. Nesse esforço inicial foram identificados, sobretudo, as principais potencialidades e conflitos em cada localidade apontados pelo PDDI e pelo Macrozoneamento bem como a interface dos municípios com as áreas demarcadas como ZIMs e AIMs. Complementarmente, nesse esforço inicial apontou-se a estrutura e conteúdo básico dos Planos Diretores bem como alguns dados comparativos sobre a realidade socioeconômica local.

A apresentação faz parte de um processo em curso de capacitação e imersão da equipe interna nas realidades que serão foco do trabalho, nos materiais já produzidos e orientadores da proposta de revisão e no objetivo pretendido de diálogo entre a esfera local e metropolitana. Uma reunião de trabalho voltada para a discussão sobre diferentes temas que permeiam um processo de revisão de planos diretores (regulamentação de instrumentos urbanísticos; função social da propriedade; etc.) tendo-se em vista o viés metropolitano específico da RMBH compôs também essa capacitação. Pretende-se assim um significativo alinhamento interno que possibilite a orientação consistente dos agentes locais para a realização dos trabalhos.

- b) Seleção, preparação e processamento de material decorrente das fontes secundárias e desenvolvimento de material e conteúdo para que seja disponibilizado para consulta e interação no Espaço Físico e Digital do Plano Diretor.

O Espaço Plano Diretor visa estimular a divulgação e a participação da sociedade no processo de revisão do Plano Diretor e constituirá um canal permanente de comunicação e de encaminhamento de sugestões e informações entre a equipe responsável pelos trabalhos

técnicos e a sociedade em geral. É um espaço que também serve ao propósito de capacitação, divulgação e condensação das informações e propostas relacionadas ao processo. Os custos de implantação e operação do Espaço Físico do Plano Diretor deverão ser assumidos pelo Município, cabendo à equipe da UFMG somente a elaboração do conteúdo, do formato e da metodologia de funcionamento dos mesmos. O Espaço Digital será desenvolvido e mantido pela equipe da UFMG durante os trabalhos de revisão dos Planos Diretores, configurando uma plataforma digital interativa capaz de proporcionar o acesso da população às informações geradas e será ambientado na plataforma digital da RMBH.

Ambos os espaços – físico e digital – serão construídos para cada município objeto do contrato. No entanto, com intuito a fomentar o trabalho integrado e a consciência territorial metropolitana será promovida e continuamente estimulada a troca de informações entre as diferentes localidades de modo a produzir estruturas que, apesar de individualizadas, tenham um caráter comum e compartilhado.

- c) A sistematização de dados e preparação de material analítico-informativo para a leitura comunitária que será realizada através de audiência local no formato de oficina participativa para identificação de problemas, potencialidades e conflitos na ótica dos munícipes e das organizações da sociedade civil, abordando a realidade municipal em um contexto passado e presente, visando à identificação dos problemas, potencialidades, desejos e expectativas para o futuro do município.
- d) Elaboração de leitura técnica contendo estudos e eventuais levantamentos complementares de campo.
- e) Elaboração de síntese preliminar da leitura técnica e comunitária com a preparação do material para a segunda audiência local no formato de oficina.

- f) Preparação e sistematização do material para a segunda oficina local participativa com a apresentação preliminar do diagnóstico-síntese e com definição coletiva de diretrizes para a proposta de estruturação territorial.

Orientará essa sistematização de informações a diretriz metodológica de construção de integração de temas a partir dos quatro Eixos Temáticos Integradores do PDDI e a partir do esforço de integrar as informações relativas à estrutura existente e a desejada. A partir dessa perspectiva, temas especializados como o mapeamento e análise do sistema viário existente poderão ser relacionados aos parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, extrapolando o Eixo Mobilidade e incluindo questões relacionadas aos demais ETIs. Outro exemplo, a tensão entre a identificação das áreas adensáveis e as áreas de proteção é melhor equacionada quando se considera as diversas restrições à urbanização, decorrentes da estrutura de mobilidade, ameaça de riscos naturais, legislação existente, disponibilidade de infraestrutura, entre outros. De modo semelhante, a demarcação de áreas para habitação de interesse social, para novas centralidades ou para agricultura urbana, por exemplo, se articulam com a diversidade de usos e distribuição mais equitativa de equipamentos e instalações públicas que, por sua vez, estão relacionadas à geração de emprego e renda, logística de transporte e condições de acessibilidade e desenvolvimento sustentável

- g) Elaboração do relatório final do diagnóstico propositivo que inclui as diretrizes pactuadas da proposta de estruturação urbana e a avaliação final em relação às discrepâncias, convergências e necessárias ou possíveis adequações em relação às propostas do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano.

3.2 Metodologia de elaboração das Propostas Preliminares

O produto Elaboração das Propostas Preliminares para Revisão do Plano Diretor desenvolve as proposições do produto anterior e, através de realização de uma terceira audiência local participativa, sistematiza as propostas que serão consolidadas na minuta do projeto de lei do Plano Diretor. Para tal, a metodologia prevê:

- a) O desenvolvimento das propostas pela equipe técnica em formato preliminar.
- b) A preparação do material para as terceiras audiências locais participativas.
- c) A realização da Terceira Audiência Local Participativa, incluindo sistematização e apresentação do material.
- d) A sistematização, tendo-se em vista o objeto contratual de compatibilização das legislações locais com a Política Metropolitana, das propostas preliminares construídas e pactuadas em relação ao zoneamento, aos parâmetros de uso, ocupação e parcelamento, à adequação de perímetro e à espacialização de instrumentos de política urbana e rural, bem como da Trama Verde e Azul e de todos os incisos dispostos no artigo 42-B do Estatuto da Cidade. Pretende-se nesse ponto construir estratégias que possibilitem menos a mera definição de parâmetros locais e mais a interface destes com os objetivos e diretrizes de reestruturação territorial metropolitana. Em termos práticos, a partir desse tópico pretende-se buscar não apenas uma pretensa autoaplicabilidade dos Planos Diretores Municipais através, por exemplo, da construção de rebuscadas fórmulas para aplicação de instrumentos fiscais-urbanísticos, mas sim a identificação das políticas que de fato mostrem-se efetivas segundo a realidade de cada município e que, sobretudo, cooperem com o caráter metropolitano do trabalho. O Diagnóstico Propositivo

Participativo, orientado pelas demandas da Leitura Comunitária, servirá de base para essa construção.

3.3 Metodologia de elaboração das Propostas Finais

O produto Propostas Finais para Revisão do Plano Diretor consolida a formulação e formatação da minuta do projeto de lei à ser encaminhada para o poder executivo municipal, para que se inicie o processo de tramitação para a aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal.

PARTE 02 - RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta a descrição dos acontecimentos e os registros fotográficos referentes à Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor do município de Caeté. A Audiência ocorreu no dia 09/11/2016 (quarta-feira), de acordo com o Edital de Lançamento publicado e divulgado pela Prefeitura de Caeté em 19/10/2016 (ver Anexo I). Assim, a divulgação atendeu o prazo mínimo de antecedência de 15 dias, conforme exigido pelo Termo de Referência TR-DR N° 002/2016 anexo ao Contrato N° 002/2016.

Tendo em vista as determinações do contrato firmado entre a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência Metropolitana e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD, este relatório possui a seguinte composição:

1. Descrição detalhada das etapas instituídas para o desenvolvimento da Audiência Pública;
2. Cópia do Edital de Convocação (Anexo I);
3. Cópia da Ata Lavrada e assinada da Audiência (Anexo II);
4. Cópia da Lista de Presença (Anexo III);
5. Cópia do Decreto de formalização do Grupo de Acompanhamento (Anexo IV).

Para a realização das Audiências Públicas foi estabelecida a seguinte programação básica:

1. Abertura: momento no qual ocorreu a apresentação da audiência e da pertinência da mesma no contexto do município, realizada pelo Poder Público local – Tempo Previsto de 20 minutos;
2. Contextualização local: apresentação por parte de um servidor público municipal das questões ligadas ao planejamento urbano local, sobretudo

- aquelas referentes à estrutura e efetividade do Plano Diretor – Tempo previsto de 20 minutos;
3. Contextualização Metropolitana e Apresentação do Plano de Revisão dos Planos Diretores: momento no qual se abordou (i) os aspectos conceituais que envolvem o trabalho em desenvolvimento, (ii) o cronograma proposto para a elaboração do Plano Diretor, explicitando-se as etapas nas quais ocorrerão a participação popular ampla; (iii) e a explicação das atribuições do Grupo de Acompanhamento. Esta etapa da audiência foi conduzida pela Equipe UFMG – Tempo previsto de 40 minutos;
 4. Debate com a sociedade: espaço para debates, participação da população por meio de questionamentos ou manifestações quaisquer sobre a revisão do Plano Diretor – Tempo previsto de 20 minutos;
 5. Eleição do Grupo de Acompanhamento organizado conforme a realidade social e de representação presente em cada município – Tempo previsto de 20 minutos;
 6. Leitura e aprovação da Ata e Encerramento – Tempo previsto de 10 minutos.

Dessa forma, previu-se uma duração média de duas horas e meia para a realização da Audiência. Com isso buscou-se atender todos os pontos fundamentais para início formal do processo participativo ligado à revisão dos Planos Diretores bem como as demandas do contrato. O detalhamento dos tópicos acima listados é apresentado a seguir.

2 RELATO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE CAETÉ

2.1 Abertura

No dia 09 de novembro de 2016, às 10:00 horas, na Fundação Educacional de Caeté, foi aberta a Audiência Pública de Lançamento do Processo de Revisão

do Plano Diretor Participativo do Município de Caeté. Para a condução da presente Audiência Pública foram convidados, para compor a mesa:

- José Geraldo de Oliveira Silva – Prefeito Municipal de Caeté
- José Carlos Costa – Presidente Câmara dos Vereadores de Caeté
- Anderson Divino Oliveira – Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
- Fabiana Rocha – ARMBH
- Roberto Monte-Mór – UFMG

Figura 1 - Abertura da Audiência Pública de Caeté e Composição da Mesa



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

Após a composição da mesa foi dada a palavra a Sra. Fabiana Rocha, da ARMBH, que destacou o termo de cooperação técnica estabelecido entre a ARMBH, a Prefeitura Municipal de Caeté e o IPEAD/UFMG. Foi também contextualizado o PDDI, o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, o Conselho Metropolitano e as suas repercussões sobre o processo de revisão do Plano

Diretor Municipal ora em curso. Na sequência os demais componentes da mesa se apresentaram brevemente, explicitando suas expectativas frente ao processo.

Figura 2 - Fala Institucional da Agência Metropolitana



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

Em seguida foi apresentada a pauta da reunião, composta pelos seguintes tópicos principais:

- Contextualização Local;
- Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais;
- Contribuições dos presentes à reunião;
- Eleição dos Grupos de Acompanhamento;
- Encerramento.

2.2 Contextualização Local

No tópico referente à contextualização local, o Secretário de Obras do Município, o Sr. Walnei Pinheiro apresentou um panorama da legislação urbanística vigente, composta de Plano Diretor, aprovado em 2007 e não revisado em 2010, como inicialmente previsto. Na sequência o Secretário apresentou um panorama do Código de Obras, do Código de Posturas e da Lei de Parcelamento municipal, ressaltando que estas encontram-se defasadas e carecem de atualização. No âmbito das Leis Complementares foi destacada a ausência de um conjunto de parâmetros efetivos ligados à ocupação e ao uso do solo. O Sr. Walnei ressaltou também que o município tentou, recentemente, promover esse processo de revisão do Plano Diretor e suas Leis Complementares, porém essa tentativa não foi efetivada em função de limitações financeiras do município.

Figura 3 - Apresentação da Legislação Urbanística vigente no município



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

2.3 Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais

Na sequência o Prof. Roberto Monte-Mór contextualizou o Contrato N° 002/2016, firmado no mês de outubro do corrente ano entre a Agência de

Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - AGÊNCIA RMBH e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD / UFMG, com previsão de execução de 15 meses.

O Professor apresentou uma cronologia histórica do processo de planejamento na RMBH, enfatizando as ações empreendidas no âmbito do PDDI (com destaque para o papel dos Lugares de Urbanidade Metropolitana – LUMEs na implementação das diretrizes e programas constantes no processo de planejamento estabelecido) e do Macrozoneamento Metropolitano.

Nessa contextualização foi destacado o objeto do Contrato, que consiste na prestação de serviços de Detalhamento das Zonas de Interesse Metropolitano, da Trama Verde e Azul e das Diretrizes do Macrozoneamento Metropolitano da RMBH em instância local e assessoramento à revisão dos Planos Diretores de 11 (onze) municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

Figura 4 - Apresentação da Equipe da UFMG: Contextualização Metropolitana



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

O Prof. Roberto Monte-Mór ressaltou os desafios da participação social no processo de planejamento. Nesse contexto tem-se dentre os objetivos

estabelecidos transformar o olhar sobre os membros da sociedade, que deixariam de ser objeto do planejamento e se tornariam sujeitos do planejamento. Foram reconhecidas as dificuldades para a consecução desse objetivo que, no entanto, precisa ser buscado com propriedade.

Conforme apresentado pelo Prof. Roberto Monte-Mór, uma das principais contribuições dessa Audiência Pública ao processo estaria ligada à formação do Grupo de Acompanhamento do Processo de Revisão do Município de Caeté. O Grupo de Acompanhamento Municipal, composto por técnicos e representantes do poder público, bem como por representantes da sociedade civil municipal, deverão não somente acompanhar os trabalhos feitos pela Agência RMBH e pela equipe da UFMG, como também contribuir diretamente no desenvolvimento do diagnóstico e na formulação das propostas de revisão do presente Plano Diretor.

Houve uma consideração sobre o Produto Final do presente contrato previsto para o município de Caeté, que consiste no encaminhamento, ao Executivo Municipal, da minuta do projeto de lei do Plano Diretor Participativo.

Nesse momento foi colocado que o principal marco legal do processo será o Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001, tendo sido apresentados os conteúdos mínimos aplicáveis ao presente Plano Diretor (contidos nos artigos 42 e 42-B da referida lei), bem como os principais instrumentos previstos no Capítulo II da citada lei.

Em função do município de Caeté estar inserido na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ressaltou-se que o processo ora em curso também deverá considerar como marco legal o Estatuto da Metrópole, Lei 13.089/2015. Dentre os aspectos concernentes ao Estatuto da Metrópole foi dada ênfase ao artigo 09º, que prevê, dentre outros, os seguintes instrumentos de desenvolvimento urbano integrado: o plano de desenvolvimento urbano integrado; e o macrozoneamento da unidade territorial urbana.

Foi também explicitado que, no caso da RMBH, as exigências de “plano diretor urbano” e do “zoneamento metropolitano” já se encontram em fase final de

discussão, resultando em proposta de projeto de lei que deverá ser enviada em breve à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Destacou-se que tal proposta de projeto de lei foi elaborada de forma participativa, contemplando representantes do Estado, dos Municípios e do Conselho de Desenvolvimento da RMBH. Nessa perspectiva, a presente proposta de projeto de lei deverá orientar o processo de revisão do Plano Diretor Participativo do município em questão.

Figura 5 - Presentes na Audiência Pública de Lançamento do Plano Diretor Municipal



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

Na sequência foi realizada uma contextualização sucinta do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH e do Macrozoneamento Metropolitano da RMBH, tendo sido destacados os principais produtos ligados a tais processos.

Na conclusão do presente tópico foram apresentadas as principais etapas previstas em contrato, as responsabilidades dos atores e o cronograma estabelecido.

2.4 Contribuições dos presentes à reunião

Foi então aberta a fala aos presentes à reunião, que se deu na ordem apresentada a seguir.

Leandro Rodrigues, membro da sociedade civil, questionou sobre quem são os atores responsáveis pela divulgação das audiências e instancias de participação da sociedade no processo. O Prof. Roberto Monte-Mór, da UFMG, destacou que a divulgação local e de responsabilidade da Prefeitura Municipal, com o apoio da equipe da ARMBH e da UFMG.

Melque Zedeck Camargo, da Fundação Casa e Cultura perguntou sobre a composição do grupo de acompanhamento, se este contemplaria a composição atual dos poderes Executivo e Legislativo ou se seria composto a partir das novas legislaturas, a serem iniciadas em janeiro de 2017. O Prof. Roberto Monte-Mór ponderou essa questão, informando que o processo deverá considerar, por exigências contratuais, o momento de transição, sendo avaliadas alternativas para a composição do grupo de acompanhamento nesse momento.

Figura 6 - Abertura da fala aos presentes



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

Marli Ferreira, membro do Executivo Municipal, destacou a necessidade do sentimento de cidadania metropolitana e a importância da representação rural no grupo de acompanhamento. O Prof. Roberto Monte-Mór endossou o discurso da Sra. Marli Ferreira, enfatizando que a inclusão de comunidades rurais no

processo de planejamento urbano é de suma importância. Na sua opinião essa inclusão das comunidades rurais contribuiria, inclusive, para a consolidação da Trama Verde Azul - TVA em escala metropolitana. A produção de alimentos seria um dos elementos fundamentais da TVA.

Leandro Rodrigues, membro da sociedade civil, falou sobre dois conflitos locais, um ligado à mineração e o outro ligado ao abastecimento de água. O munícipe ressaltou o interesse da COPASA em substituir o Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto - SAAE, situação que vem enfrentado fortes resistências locais. Sobre a mineração, foi questionado se o Plano em elaboração contemplaria os conflitos ligados a essa atividade econômica. O Prof. Roberto Monte-Mór respondeu dizendo que a mineração é um dos pontos centrais da discussão, uma vez que a RMBH é um centro minerário com a presença de jazidas diversas como o minério de ferro ao sul, sudoeste e leste, o calcário no norte e a areia no oeste / sudoeste. A mineração, na sua opinião, gera conflitos de diversas ordens sobre a água e a qualidade de vida da população. Na sua opinião o Plano em curso, isoladamente, não conseguiria solucionar o conflito em sua amplitude, podendo contribuir enquanto instrumento de planejamento e reivindicação por parte da sociedade. A participação, nesse sentido, seria de fundamental importância ao processo.

Figura 7 - Abertura da fala aos presentes



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

2.5 Eleição do Grupo de Acompanhamento

Após a última contribuição dos cidadãos presentes à reunião foi encaminhada a eleição do Grupo de Acompanhamento. Tendo em vista a configuração socioespacial do município foi definido, de forma democrática e participativa, que o Grupo de Acompanhamento do Município de Caeté será composto por 06 membros e seus respectivos suplentes, organizado da seguinte forma:

- 02 membros do Poder Executivo Municipal;
- 01 membro do Poder Legislativo Municipal;
- 03 membros da sociedade civil;

Tendo como base a definição organizacional do Grupo de Acompanhamento foi feita a eleição dos membros da sociedade civil, a seguir apresentados:

- Higor Reyluer Franco Zacarias Leite – representante da Associação Regional Caetense de Engenheiros e Geógrafos (ARCENG);
- Marly Ferreira – representante de distritos e comunidades rurais;
- Melque Zedeck – representante Associação dos Artesãos de Caeté.

Como suplentes, foram indicados:

- Leandro Rodrigues – cidadão
- Ademir Martins – representante do Movimento Macaca
- Túlio Pinheiro – representante da Associação Musical Santa Cecília

Quanto à eleição dos membros do Executivo, tendo em vista o momento de transição política, foi feita a opção por indicar membros institucionais ligados à administração pública:

- Um representante ligado à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente;

- Um representante ligado à Secretaria de Obras;
- Como suplente, foi indicado um representante ligado ao SAAE.

Com relação aos membros do Legislativos a compor o Grupo de Acompanhamento, foi indicado, na data de hoje, um membro da Câmara dos Vereadores, sendo o suplente posteriormente indicado.

Figura 8 - Votação do Grupo de Acompanhamento



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

2.6 Encerramento

Após a conclusão de todos os pontos de pauta, o Coordenador da mesa solicitou que a ata fosse lida e encerrou oficialmente os trabalhos.

Figura 9 - Leitura da Ata e Encerramento da Audiência Pública



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2016

PARTE 03 - RELATÓRIO DESCRITIVO E FOTOGRÁFICO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

1 METODOLOGIA DA MOBILIZAÇÃO

O processo de mobilização dos projetos de revisão dos planos diretores tem como um de seus objetivos sensibilizar o indivíduo frente a sua responsabilidade social na cidade e na metrópole, além de integrar esforços no sentido de criar os canais necessários para garantir na discussão da revisão dos planos diretores a representatividade de todos os segmentos sociais tais como: as comunidades locais, os movimentos sociais, a iniciativa privada e os poderes públicos nas esferas federal, estadual e municipal, no âmbito do legislativo, do executivo e do judiciário.

As experiências inovadoras têm incorporado cada vez mais a participação popular em diferentes graus e formatos e, especialmente neste contexto envolvendo a dimensão municipal e metropolitana, esta participação é sempre um desafio. Apesar de o cidadão ter sua raiz no município onde habita, deve também perceber-se como sujeito que atua, consciente e responsavelmente, não apenas na sua cidade, mas também em todas as outras que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

Pode-se afirmar que a audiência pública de lançamento da revisão dos planos diretores realizadas no dia 09 de novembro no município de Caeté foi importante no sentido de intensificar a discussão e envolvimento da sociedade local nas questões do planejamento urbano, em especial, no que se refere à discussão do plano diretor municipal e sua relação com o plano metropolitano.

A metodologia da mobilização social no contexto do projeto de revisão dos planos diretores pressupõe o desenvolvimento de uma ação participativa a partir de quatro dimensões: comunicação, educação, organização e cultura. Cada um desses componentes contribui com ênfases distintas em cada fase do processo de construção coletiva de conhecimento. Para garantir a continuidade desse envolvimento será importante construir um espaço permanente de consultas,

debates, informação, mobilização e participação dos múltiplos agentes públicos, privados e sociedade civil. Não menos importante, a dimensão da educação deverá ser considerada para assegurar a formação permanente de sujeitos coletivos, que possam atuar e contribuir efetivamente na definição das prioridades para os municípios. Nesta perspectiva, a implantação dos LUMEs – Lugares de Urbanidade Metropolitana – é mencionada como prioridade na definição das metas do projeto e na agenda da mobilização social.

Para atingir os objetivos do eixo da Comunicação é fundamental um fluxo de informações contínuo, utilizando-se de instrumentos permanentes de comunicação que alcancem todos os segmentos da população. Neste sentido, nesta primeira etapa da realização da audiência, dentre os instrumentos de mobilização utilizados destacam-se os contatos telefônicos. Para Caeté foram realizados cerca de 10 contatos reforçando os convites e mensagens enviadas por correio eletrônico e redes sociais.

Os contatos telefônicos foram realizados primeiramente com a secretaria de meio-ambiente. De forma complementar e reforçando a mobilização do município a equipe de mobilização contactou as entidades e/ou instituições da sociedade civil relacionadas no banco de dados do projeto do PDDI e macrozoneamento, em especial, lideranças atuantes na causa metropolitana no referido município.

Considerando a importância da participação dos vereadores também foram realizados contatos telefônicos para a câmara municipal e vereadores.

Complementando os telefonemas foram enviados os seguintes comunicados e/ou convites:

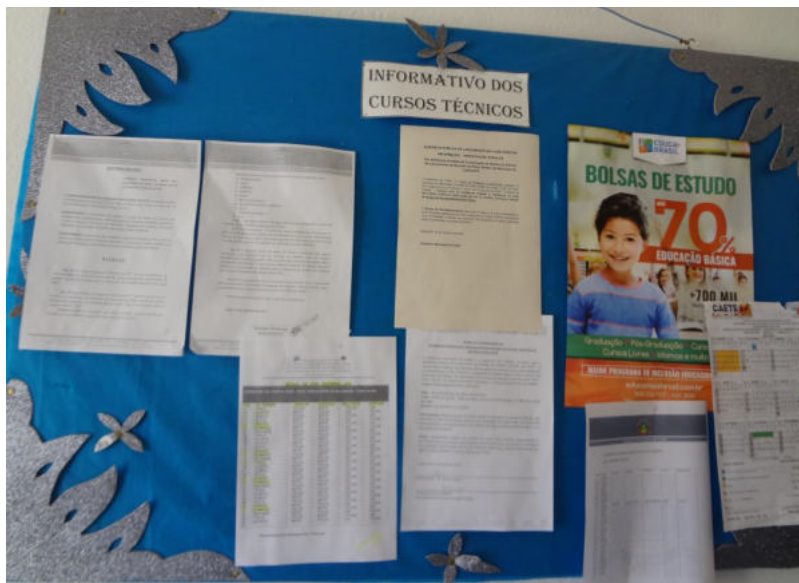
- a) Minuta Proposta e Convites Finais enviados pelo município para autoridades/entidades (Anexo V)
- b) Minuta do Edital de Convocação para Audiência Pública (Anexo VI)
- c) Convite para reforçar mobilização – Modelo e E-mail enviado ao município (Anexo VII)

- d) Orientações para realização da Audiência Pública (Anexo VIII)
- e) Formato Audiência (Anexo IX)
- f) Minuta da Ata da Audiência de lançamento do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (Anexo X)
- g) Atribuições do Grupo de Acompanhamento (Anexo XI)
- h) Minuta do Decreto Lei de legitimação do Grupo de Acompanhamento (Anexo XII)

2 AVALIAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO NO MUNICÍPIO

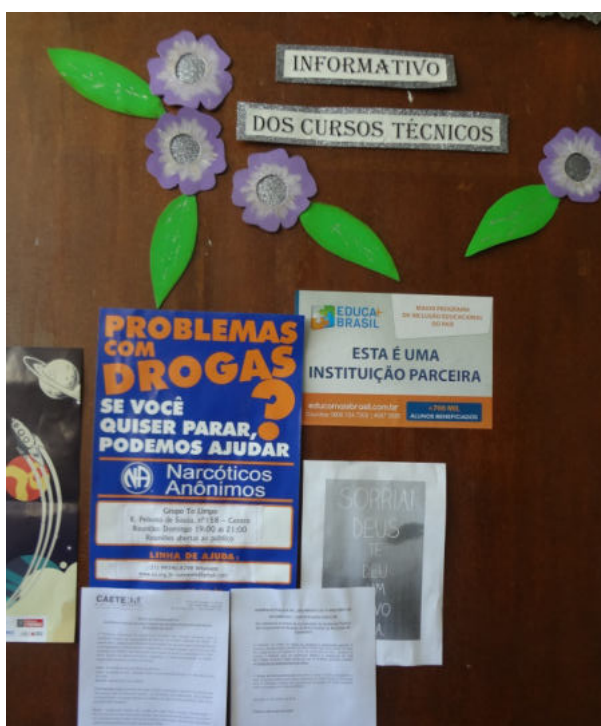
Pode-se afirmar que em Caeté os objetivos prescritos pela equipe técnica e de mobilização da UFMG foram atingidos com destaque para: (a) esclarecimentos gerais sobre a contextualização do projeto e do plano diretor municipal; (b) informes sobre processo participativo da revisão dos Planos Diretores; (c) organização e logística adequadas para viabilizar a audiência; (d) divulgação e mobilização da sociedade local conforme prescrição do Estatuto da Cidade e da Metrópole ratificadas nas exigências contratuais do Termo de Cooperação assinados pela Agência Metropolitana/UFMG/Ministério Público/Município; (e) participação dos diferentes segmentos da sociedade local e representantes do poder público executivo e legislativo municipais; (f) elaboração da ata da audiência sob a responsabilidade do município; (g) formação do grupo de acompanhamento.

Figura 10 - Foto da divulgação no município



Fonte: Prefeitura Municipal de Caeté, 2016

Figura 11 - Foto da divulgação no município



Fonte: Prefeitura Municipal de Caeté, 2016

Comparando com processos participativos anteriores (PDDI e Macrozoneamento), considerando a exiguidade de tempo para divulgação, organização e mobilização da audiência e o período inadequado de transição de

mandatos executivo e legislativo, pode-se afirmar que se obteve um bom resultado nesta audiência de lançamento do projeto. Merece destacar que a oposição ao governo atual saiu vitoriosa nas urnas e estava pouco representada nesta audiência, o que vai demandar atenção especial da mobilização no início de 2017.

O prefeito municipal fez a abertura da audiência que contou com a presença de pouco mais de 50 participantes, como pode ser observado na lista de presença abaixo, com ênfase para a significativa participação do legislativo atual e vereadores do próximo mandato. Foram utilizados os instrumentos de comunicação, articulação e mobilização básicos sugeridos pela equipe de mobilização, a saber: edital de convocação, ofícios, e-mails e demais redes sociais.

Vale salientar a qualidade da representação alcançada na formação do grupo de acompanhamento considerando o prazo exíguo interferindo na mobilização em especial da sociedade civil. Pode-se afirmar que representa dentro do possível a diversidade das organizações e segmentos locais constituindo em um espaço importante de interlocução com a equipe técnica. A escolha dos membros desse grupo de acompanhamento foi feita por votação direta.

Em vista do interesse despertado nesta amostragem inaugural infere-se um aumento progressivo da participação no decorrer do processo participativo se intensificadas e diversificadas as estratégias de mobilização e divulgação do projeto.

ANEXO I – CÓPIA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO



Praça João Pinheiro 15, Centro
CEP: 34800-000 / Caeté-MG
Tel: (31)3651-3233 - Fax: (31)3651-2777

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAETÉ

A Prefeitura Municipal de Caeté e o Conselho das Cidades convidam para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR DE CAETÉ. O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Data: 09 de Novembro de 2016, Quarta-feira

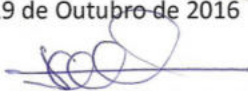
Local: Auditório da FEC, Avenida Padre Vicente Cornélio Borges, nº 390, Bairro José Brandão

Horário: das 09:30 hs as 12:00 hs

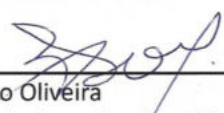
Participantes: Representantes do Poder Público municipal e estadual, da Câmara dos Vereadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das entidades metropolitanas, da Equipe técnica da UFMG e da Agência Metropolitana, bem como da população em geral.

Pauta: Lançamento público da revisão do atual Plano Diretor; apresentação e formulação de um processo participativo com envolvimento do governo municipal e da sociedade local; função técnica da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Agência Metropolitana e Equipe técnica da UFMG.

Caeté, 19 de Outubro de 2016



José Geraldo de Oliveira Silva



Anderson Divino Oliveira
Representante do Conselho das Cidades



ANEXO II - CÓPIA DA ATA LAVRADA E ASSINADA DA AUDIÊNCIA



Anexo Administrativo
Av. Jair Dantas 216, José Brandão
CEP: 34800-000 / Caeté-MG

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Às 09 horas e 30 minutos do dia 09 do mês Novembro do ano de 2016, tendo por local Fundação Educacional de Caeté, situado na Avenida Padre Vicente Cornélio Borges, nº. 390, Bairro José Brandão, Caeté - MG, foi realizada audiência pública convocada pelo Prefeito Municipal de Caeté, Sr. José Geraldo de Oliveira Silva e pelo Presidente da Câmara Municipal de Caeté, Sr. João Carlos Costa, no Estado Minas Gerais, com a finalidade de dar início ao Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal.

Para a condução da presente Audiência Pública foram convidados, para compor a mesa:

- o José Geraldo de Oliveira Silva, Prefeito Municipal de Caeté;
- o João Carlos Costa, Presidente da Câmara Municipal de Caeté;
- o Anderson Divino de Oliveira, Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Caeté;
- o Fabiana Caroline Ribeiro Rocha, Agência Metropolitana de Belo Horizonte;
- o Roberto Monte Mor, UFMG;

Após a composição da mesa foi dada a palavra ao Sra. Fabiana Caroline Ribeiro Rocha, representante da Agência Metropolitana de Belo Horizonte, que destacou a importância do termo de cooperação e o contrato com a UFMG e expôs as suas expectativas para revisão do plano diretor. O Sr. Roberto Monte Mor representante da UFMG e o Sr. João Carlos Costa Presidente da Câmara Municipal de Caeté, se apresentaram e fizeram um breve relato sobre pretensões desta reunião. O Prefeito José Geraldo de Oliveira Silva cumprimentou a todos, falou sobre a importância desta reunião e ressaltou as etapas já percorridas até agora. Salientou que o governo atual e o próximo governo devem respeitar a legislação e contribuir para uma efetiva revisão e execução do plano diretor para que o município tenha um desenvolvimento contínuo. Em seguida foi apresentada a pauta da reunião, composta pelos seguintes tópicos principais:

- o Contextualização Local;
- o Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais;
- o Contribuições dos presentes à reunião;
- o Eleição dos Grupos de Acompanhamento;
- o Encerramento.

Após apresentação da pauta o Sr. Walnei Pinheiro, Secretário Municipal de Obras apresentou um panorama da legislação urbanística vigente no município. Na sequência o Sr. Roberto Monte Mor, representante da UFMG, contextualizou o Contrato N° 002/2016, firmado no mês de setembro do corrente ano entre a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - AGÊNCIA RMBH, e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD / UFMG, com previsão de execução em 15 meses. O corpo técnico assumiu a palavra e conduziu a exposição sobre o processo de revisão do Plano Diretor



Anexo Administrativo
Av. Jair Dantas 216, José Brandão
CEP: 34800-000 / Caeté-MG

Municipal no contexto do planejamento metropolitano, bem como destacou as etapas e os produtos decorrentes do contrato em tela. Todos os produtos serão encaminhados ao Executivo Municipal, culminando com a versão revisada do Plano Diretor, contendo, inclusive, as propostas de projetos de leis complementares. Foi então aberta a fala aos presentes na audiência. O Sr. Leandro tomou a palavra e questionou quem irá arcar com as despesas financeiras e divulgação ações. O Sr. Roberto Monte Mor respondeu que existe uma equipe de mobilização da UFMG para apoiar na divulgação, e a responsabilidade de divulgação e definição de datas fica a cargo do município, e destacou que será criado um site para facilitar a interação com a sociedade. O Sr. Melque Zedeck expôs sobre o momento de transição do governo e questionou sobre a composição do grupo de trabalho, se será do atual governo ou do próximo. O Sr. Roberto Monte Mor respondeu que o ideal seria no poder legislativo fosse nomeado um vereador reeleito ou que eleito e no poder executivo a instituição que será representante, ele enfatizou que o prefeito deverá fazer um decreto nomeando todos os representantes ainda neste ano. A Sr. Marli Ferreira falou da importância da participação dos distritos na representação do grupo de trabalho. O Sr. Leandro questionou se o plano irá pressionar as mineradoras. O Sr. Roberto respondeu que o plano é só um instrumento e que o assunto é grande importância e relevância, no plano toda questão econômica foi pesando no eixo da sustentabilidade e que tenta compatibilizar os interesses.

No tópico seguinte, foi encaminhada a eleição do Grupo de Acompanhamento. Definiu-se que o Grupo de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Caeté será composto por 06 (seis) membros, organizado da seguinte forma:

- o 02 membros do Poder Executivo Municipal; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Obras;
- o 01 membro do Poder Legislativo Municipal: Câmara Municipal de Caeté;
- o 03 membros da sociedade civil: Melque Zedeck Camargo, Marly Ferreira e Higor Leite. Suplentes: Ademir Martins Bento, Leandro dos Reis Rodrigues e Túlio Pinheiro de Ornellas.

Os membros do grupo de acompanhamento eleitos terão sua representação ratificada por decreto municipal a ser editado pela prefeitura. Cumprido o último ponto da pauta proposta encaminhou-se para o encerramento da audiência pública, sendo que esta contou com a presença de 66 cidadãos, conforme a lista de presença anexa. Na oportunidade, após debate com a comunidade e a população em geral, foi oficializada a abertura da revisão do Plano Diretor do Município de Caeté. Os trabalhos foram finalizados às 11 horas e 30 minutos daquela data. Para constar, Sr. Ayron dos Santos Pinto, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Prefeito do Município.



Anexo Administrativo
Av. Jair Dantas 216, José Brandão
CEP: 34800-000 / Caeté-MG

João Carlos Costa
Presidente da Câmara Municipal de
Caeté

José Geraldo de Oliveira Silva
Prefeito do Município de Caeté

ANEXO III – LISTA DE PRESENÇA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente Lançamento da Revisão do Plano Diretor do Município de Caeté 09 de novembro de 2016

Nome:	Instituição/Orgão:	Telefone:	E-mail:
Luiz de Souza Rocha	Amigolgal Ambiental	031-386613966	lbrneta@amigolgalambiental.com.br
Edsona Caroline Ribeiro Rocha	ARMBH	31 39168103	fabiana.costa@agencia.com.br
Roberto Augusto da Silva	Prefeitura/Sogal/Com	3651-4747	comunicacao@admaggo.com.br
Agon dos Santos Paes	SEDESMA	3651-3223	dassimilim@sema.mg.gov.br
Antônio Augusto de C. Neto	CUSTURA TURISMO	98838-8818	CYRILLAPARTIC@GMAIL.COM
CLAUDINEI JOSÉ DA CONCEIÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	98664-4651	capdevite@x4400.com.br
Vanio Maria dos Santos Luzia	SEDESMA	99232 7217	vanialuzia@yahoo.com.br
Mariana F. Moreira Ferreira	Fazenda	988226404	mariamoraes@ig.com.br
Tatiana Lindley Oliveira	Administração	996011804	tatiana.powell@gmail.com
Anderson D. Oliveira	SEDESMA	98661 8189	anderson.oliveira@caete.mg.gov.br
Carolina Barbosa Soares	JEFF	3651-1882	carolina.barbosa@caete.mg.gov.br
Samuel Tavares Lima	FEC	3651-2644	Samuel.Tavares@caete.mg.gov.br
Juliana Paes da Silva	SMPAD	3651-8032	juliana.paes@caete.mg.gov.br
Jose Carlos de Oliveira	Proferm	98661-8171	joselcarlos@caete.mg.gov.br
Wagner Pinheiro	Proferm / SMO	3651 3234	wagner.pinheiro@caete.mg.gov.br
Tatiana Cristina Gomes Duarte	Proferm / SMO	3651-3235	tatiana.cristina@caete.mg.gov.br

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
 Lançamento da Revisão do Plano Diretor do Município de Caeté
 09 de novembro de 2016

Nome:	Instituição/Orgão:	Telefone:	E-mail:
Kassiana R. S. Roxo Lital	Secret. de Governo	9 8453-2462	Kassianaarupine@yahoo.com.br
Josiana C. Augusto	Secret. de Governo	9 8661-8191	adriana_pluri@yahoo.com.br
André de A. Alves	FEC	-	FEC.andre@outlook.com
Julio Teixeira	Control. Interno	-	-
JOSE MARCIO A. SOUZA	DEE	9 96796042	3inheiros@yahoo.com.br
CARLOS ALBERTO VRIAS PINTO	SEPACTUR	9 9383-8781	carlosvriaspinto.com.br
marcos marcelo Rodrigues	Detran Cuiç	4-9184-3585	marcelo.rodrigues@detranac.com
Francisco L. A. COSTA	DBTSS	9 8813-0356	-
Rosângela C. Lima	Sec. Jam	9 93068726	-
Renan Gonçalves Vieira	Sec. Defesa Social	9 95226337	Renanvieira@live.com.br
Geiza R. A. Almeida	Sec. Planejamento	9 8925 4407	geizabralmeida@gmail.com
Magda Bonadi Farias	Câmara Municipal	9 8539 8231	publicapublica@comunicacao.org.br
Queneque de Bispo	SEME	3651 4388	degestaoespedagogica@yahoo.com.br
Adriano Luiz Akrell	SEPLA6	9 8661-8199	adriano.akrell@celt.com.br
Melquezedek de Ramalho Filho	FCS	9 9229-4038	melquezedek@bol.com.br
IZABELA SILVA VIANA	SEDESMA	9 93746749	oliveira@vmail.com

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

Lançamento da Revisão do Plano Diretor do Município de Caeté

09 de novembro de 2016

Nome:	Instituição/Orgão:	Telefone:	E-mail:
Jaiana Frazão da Silva	Demob	3651-3242	jaiana_privada@hotmail.com
Marily Genuina	Governo	3652-6079	marilygenuina@hotmail.com
THOMAZ CASTRO	CAURP-TRANSICÃO	98629-7277	THOMAZ_CASTRO@YAHOO.COM.BR
Roberto Dorvaldler	S. DOBOS	98661-8173	-
Andressa Tonon Aquino	S.M.P.S.D.	99767-9713	andressa.nel13@gmail.com
Gulene Fontinele Silva	S.M.P.S.D.	99199-7425	gulenefontinele@gmail.com.br
Thomaz Maurício Pereira	OPERAÇÃO/COMUNIC.	98779-3481	thomazmauricio@ig.com.br
Rodrigo Dias	S.M.O.	98661-3185	rodrigo_dias@caete.mg.gov.br
João Fátima de Souza	Obras	91-429718	-
Dora Dora Maria	SECRET. OBRAS	3651-3235	SMOTUPMCP@YAHOO.COM.BR
João Paulo Pinto	Comunidade	3651-8081	-
Vala Gylson Espinosa	Controladoria	-	gylson_49@live.com
Leandro Gonçalves	-	99278703	-
Matheus de M. Costa	OBRAS	99332567	matheus_costa@hotmail.com
Arquimede de Barros	Pesquisa Civil	98366-2603	arq.mede_barros@gmail.com
Edson de Almeida	Relatório de Obras	992666701	edsondealmeida@gmail.com

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

Lançamento da Revisão do Plano Diretor do Município de Caeté

09 de novembro de 2016

[illegible]

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
Lançamento da Revisão do Plano Diretor do Município de Caeté

09 de novembro de 2016

Nome:	Instituição/Orgão:	Telefone:	E-mail:
Bruna Luis Valbuena Silva	Secretaria de Obras e	31 8813-8921	bruna-malbuena@hotmail.com
Wadeley Souza Lima	Secretaria Municipal Obras	31 98262-4841	wadeley.souza.lima@hotmail.com
Adelaine de Assis Almeida	Sec. de Planejamento	31 3651-3556	adelaineassis@valeo.com.br
Fabio Augusto da Rocha	Secretaria de Economia	31 94552-1510	Fabio.souza@histonix.com
Hirapinim L. Magalhães	Sono	31 993361218	hirapinim1000@gmail.com
Motio Soares	Sono	31 992070257	-
Enoch Dantas	Deputado Social	585837704	enochdantas.silva@gmail.com
Roberto Luis Monte-Alto	UFMG	98896-6515	-
Luciana Marcel Pinotto	UFMG	941612990	-
Adriana C. Pereira Soares	Secretaria de Meio Ambiente	3651-3223	desenvolvimentoemambiente@caete.mg.gov.br
São Luiz Neto	Sec. Meio Ambiente	3651 3223	-
Guilherme Rodrigues de Almeida	Procuradoria	3651-3224	-
Marcelo Mendes da Silva Junior	Regulação	3651 8809	-
Priscila Lima Mendes	Procuradoria Social	3651 9199	priscilalimamendes@gmail.com

ANEXO IV - CÓPIA DO DECRETO DE FORMALIZAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO



DECRETO Nº 310/2016

“REGULAMENTA E CONSTITUI O GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAETÉ”.

O Prefeito de Caeté, no uso de suas atribuições legais presentes no artigo 98 da Lei Orgânica do Município de Caeté de 14 de agosto de 1990, no intuito de dar início ao processo de revisão do Plano Diretor conforme o §3º do artigo 40 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 por meio do processo de participação popular nos termos dispostos no artigo 171 da Lei Municipal nº 2.496 de 20 de junho de 2007 e em consonância com o §4º do artigo 40 e artigo 43 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e em considerando a Audiência Pública ocorrida em 9 de novembro de 2016 convocada pelo Edital de Convocação publicado em 24 de outubro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - O Grupo de Acompanhamento para revisão do Plano Diretor de Caeté, Lei Municipal nº 2.496 de 20 de junho de 2007, é composto por 6 membros titulares e seus respectivos suplentes da forma seguinte:

I – 2 Membros do Poder Executivo indicados:

- a) pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (titular) e pela Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais (suplente);
- b) pela Secretaria Municipal de Obras (titular) e pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Caeté – SAAE (suplente)

II – 1 Membro do indicado pelo Poder Legislativo municipal.

III – 3 Membros indicados pela sociedade civil, a saber:

Titulares:

- a) Sr. Melque Zedeck de Camargo Filho;
- b) Sra. Marly Ferreira;
- c) Sr. Higor Reyliier Franco Zacarias Leite;

Suplentes:

- a) Sr. Ademir Martins Bento;
- b) Sr. Leandro dos Reis Rodrigues;
- c) Sr. Túlio Pinheiro Ornelas;

Parágrafo único. A composição do grupo de acompanhamento deverá sempre ser paritária. Caso o número membros representantes da sociedade civil, por motivos supervenientes, se torne menor que 3, deverá ser reduzida a participação do Poder Público (Membro do Poder Executivo e/ou Membro do Poder Legislativo).

Praça João Pinheiro 15, Centro - CEP: 34800-000 / Caeté-MG - Tel: (31)3651-3266 Fax: (31)3651-2777





Art. 2º - A composição dos membros representantes da sociedade civil, titulares ou suplentes apenas poderá ser alterada por meio de Audiência Pública convocada nos termos do artigo 171 da Lei Municipal nº 2.496 de 20 de junho de 2007 e da Resolução nº 25, de 18 de março de 2005, emanada do Ministério das Cidades em atendimento aos princípios da publicidade e da participação popular.

Art. 3º - São atribuições do Grupo de Acompanhamento:

- I** – Participar da capacitação específica sobre temas relacionados à revisão do Plano Diretor, a ser promovida pela equipe técnica da Universidade;
- II** – Participar das audiências públicas, oficinas e demais reuniões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor;
- III** – Promover a divulgação e disseminação das informações produzidas ao longo dos trabalhos desenvolvidos;
- IV** – Discutir com os setores que representam sobre toda e qualquer informação de interesse público relativa ao processo de revisão do Plano Diretor;
- V** – Auxiliar na estruturação e funcionamento do Espaço Plano Diretor – físico e virtual;
- VI** – Fornecer, caso existentes, dados e informações produzidas pelas diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil organizada que possam subsidiar os trabalhos de revisão do Plano;
- VII** – Auxiliar, em parceria com o poder público estadual, na leitura, análise e sugestões dos produtos entregues referentes às diferentes etapas do trabalho desenvolvido pela equipe técnica.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caeté 11 de novembro de 2016


JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAETÉ


PAULO FERNANDES SANCHES
- PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO -

Praça João Pinheiro 15, Centro - CEP: 34800-000 / Caeté-MG - Tel: (31)3651-3266 Fax: (31)3651-2777



ANEXO V - MINUTA PROPOSTA E CONVITES FINAIS ENVIADOS PELO MUNICÍPIO PARA AUTORIDADES/ENTIDADES

O modelo abaixo, encaminhado por e-mail ao município de Caeté, foi elaborado pela equipe técnica como sugestão de convite a ser enviado para autoridades e entidades locais pertinentes. Ressalta-se contudo a autonomia dos municípios para enviar os convites nos formatos que lhes é habitual, de forma a garantir a plena divulgação do processo. No caso de Caeté, além do ofício anexado abaixo, outros convites foram feitos através de anúncios em jornais locais e fixação do edital em diferentes prédios da administração pública.

– MODELO –

MINUTA DE OFICIO A AUTORIDADES/ENTIDADES

OF. CIRC. YYYYYYYY

XXXXXXXXXX, XX de XXX de 2016

Prezado Senhor(a),

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXX { *(e caso exista)*... e o Conselho das Cidades} convida (m) para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de XXXXXXXXXXXX no dia xxx de XXXXXX 2016, XXXXX-feira ou sábado, na XXXXXXXX (ex. auditório...) Rua xxxxxxz, numero xxxx, bairro xxxx, no horario das XXXXXX hs as XXXXXXXX hs (2 horas e meia de duração).

O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Esta primeira audiência pública, de uma série de três, que contará com a participação de Equipe técnica da UFMG e representantes da Agencia Metropolitana, pretende envolver o poder executivo municipal, Câmara Municipal, representantes de entidades, movimentos sociais e da iniciativa privada deste município.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: XXXXXXXXXXXX.

Município, data XXXXXXXXXXXXXXXX

Certa de seu interesse e especial acolhida, apresento os meus cordiais cumprimentos.
Atenciosamente,

Assinatura de representante do poder executivo

(eventualmente)

Representante do Conselho das Cidades



Praça João Pinheiro 15, Centro
CEP: 34800-000 / Caeté-MG
Tel: (31)3651-3233 - Fax: (31)3651-2777

OF. CIRC. 01

Caeté, 20 de Outubro de 2016

Prezado Senhor(a),

A Prefeitura Municipal de Caeté e o Conselho das Cidades convidam para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de CAETÉ no dia 09 de Novembro de 2016, quarta-feira, no Auditório da FEC, Avenida Padre Vicente Cornélio Borges, nº 390, Bairro José Brandão, no horário das 09:30 hs às 12:00 hs.

O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

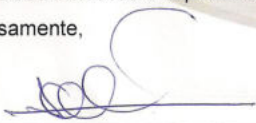
Esta primeira audiência pública, de uma série de três, que contará com a participação de Equipe técnica da UFMG e representantes da Agência Metropolitana, pretende envolver o poder executivo municipal, Câmara Municipal, representantes de entidades, movimentos sociais e da iniciativa privada deste município.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (31) 3651 3223.

Caeté, 20 de Outubro de 2016

Certa de seu interesse e especial acolhida, apresento os meus cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,



José Geraldo de Oliveira Silva



Anderson Divino Oliveira
Representante do Conselho das Cidades



acontece * 04/11/2016

Diálogos educativos

Dom Walmor Oliveira de Azevedo*

O contínuo processo de deterioração global, que atinge tecidos culturais da civilização contemporânea, configura grave crise humanística e impõe urgente desafio: resgatar instituições diversas – políticas, religiosas, sociais, familiares e tantas outras – de certos funcionamentos que comprovam o descompasso de um tempo em que novas perguntas e complexas dinâmicas culturais convivem com respostas obsoletas e procedimentos ultrapassados. A necessária reconstrução civilizatória requer muitos investimentos, a começar pelos diálogos educativos, fundamentais em todos os processos, indispensáveis para superar o atual fenômeno de deterioração global.

O conjunto de situações que ameaça a humanidade desafia a compreensão de líderes e cidadãos comuns. Por isso, buscar diálogos que impulsionem efetivos entendimentos a respeito da realidade, nas muitas ações cotidianas, nos diferentes âmbitos, constitui o caminho para se encontrar soluções. Obviamente, não basta que esses entendimentos sobre a realidade se concentrem nas mãos de uma minoria privilegiada. Indispensável é proporcionar a todos uma nova compreensão, que ilumine competências e, consequentemente, permita a atuação de novos modelos e funcionamentos capazes de garantir um futuro melhor. Esse desafio, que só pode ser vencido a partir de diálogos educativos, é capaz de promover reconfigurações nas instituições a partir de suas engrenagens: as muitas pessoas que as integram.

Oportuno é reconhecer que a sociedade padece de estreitamentos no horizonte da compreensão e isso dificulta escolhas, atrasa respostas e gera verdadeiras prisões. Enjaulada, a humanidade não dá mais conta de encontrar as respostas novas que a complexidade sociocultural do mundo contemporâneo exige: permanece inerte neste tempo que demanda uma virada antropológica, de modo veloz, para evitar prejuízos irreversíveis. Sem a necessária ruptura com essa situação, a sociedade continua a se deixar conduzir rumo a direções que invariavelmente produzem deterioração e conflitos. Proliferam cenários degradantes que preocupam muito e, ao mesmo tempo, provocam sentimento de impotência, exatamente por não se saber o que fazer para superá-los.

Quando se reflete, por exemplo, a realidade do sistema prisional brasileiro, que combina uma população carcerária numericamente tão alta, com poucos recursos para os processos de ressocialização, sabe-se que o país está potencializando um explosivo “baril de pólvoras”. Sua explosão atingirá a dignidade inviolável de cada pessoa, degradando o conjunto de toda a sociedade. Também causam preocupação os processos educativos dedicados aos jovens. Conduzidos em direções perigosas que ameaçam o futuro, esses processos carecem de investimentos capazes de qualificar os jovens para o exercício da cidadania. Essas e tantas outras realidades desoladoras impactam a vida de todos, de modo especial o cotidiano dos mais pobres que, além de sofrerem com os pesos que lhes são impostos pela perversa exclusão social, perdem, gradativamente, a esperança.

A continuar assim, a sociedade prossegue rumo a um precipício: a indiferença relativista. Fenômeno extremamente perigoso, que se revela em diferentes estatísticas. O número de assassinatos no Brasil, por exemplo, é semelhante ao de guerras. As mortes no trânsito, resultado da imprudência e do descaso, são também um desrespeito à vida. Essa indiferença relativista integra uma cultura dominante que se ocupa, prioritariamente, do que é exterior, visível, imediato, superficial e provisório. Ao mesmo tempo, deteriora raízes culturais que são importantes para a humanidade. O preço já pago é a banalização da violência, o desconhecimento sobre a sacralidade da vida, o obscurantismo nas escolhas e nos posicionamentos.

A indiferença relativista também promove a diminuição da competência racional e humanística dos cidadãos, incapacitando-os para a necessária tarefa de se alcançar respostas inventivas e criativas que devem substituir as engrenagens enferrujadas e comprometedoras do desenvolvimento integral. Há um antídoto para essa indiferença: investir nos diálogos educativos, envolvendo academias, escolas, famílias, igrejas, as instituições todas e cada cidadão, em um mutirão de intercâmbios de narrativas, com a partilha dos modos de ver a realidade. Esse exercício possibilita recuperar o tecido cultural, primeiro passo para reconstruir a sociedade. Ignorar a necessidade de se investir no diálogo é permanecer na amarga situação de cegueira, sem saber o caminho certo a seguir. Os diálogos educativos, por diferentes modos e dinâmicas, em todos os lugares, garantem o aprimoramento da compreensão cidadã para discernimentos e escolhas, ante a urgente tarefa de se reconstruir a cidadania brasileira.

*Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte

acontece no Fim de Semana

Sexta-feira
Delicias do Fogão - Música ao Vivo
Sábado
Delicias do Fogão - Música ao Vivo
Domingo
Delicias do Fogão - Delicioso Almoço. Cardápio Variado.
Delicias do Fogão - Galinhada, com música ao vivo
Bar do Tostão - 3651.3938 - José Brandão
Tele Pizza Tropical - 3651.4970

agenda

Novembro
12 - Provás de Legislação e Direção para CH

Programação do Cine Teatro

Quinta (3/11) a quarta (9), exceto 2ª e 3ª
14:00 - A Maldição da Floresta
16:00 - Um Dia Dêcil (Estreia)
18:05 - Assassino a Preço Fixo 2 (Estreia)
20:15 - Satânico - Fênix

ESTAÇÕES

	2016	2015
Outono	20/03	19/04
Inverno	24/06	19/04
Primavera	22/09	11/01
Verão	21/12	08/04

FASES DA LUA

FASES	DIA	HORA
Crescente	07/11	17h51
Cheia	14/11	11h52
Minguante	21/11	06h23
Novo	29/11	10h16

Telesena 25º ANIVERSÁRIO



Tempo

A previsão para o fim de semana é de tempo nublado, com possibilidade de pancadas de chuva de quinta a sábado, com probabilidades entre 50% e 60%. A temperatura também cai. A máxima pode chegar a 27°C na sexta-feira e 24°C no domingo. A mínima prevista é de 17°C no sábado e domingo. O vento fica entre 18 e 20 km/h e a umidade relativa levemente acima dos 60%. As previsões estão sustentadas nas condições climáticas desta quarta-feira, 16h, quando havia tempo encoberto, temperatura de 24°C, vento a 13 km/h e umidade relativa de 58%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2016 - RESULTADO
Tendo transcorrido regularmente o processo licitatório Pregão Presencial 015/2016, Proc. Adm. 020/2016, que tem por finalidade a contratação de instituição financeira, autorizada pelo BACEN, para prestação de serviços bancários, com exclusividade, necessário ao pagamento dos servidores municipais ativos e inativos da administração direta, mediante crédito a ser efetuado em conta salário, conforme Res. BACEN 3.402/2006 e 3.424/2006, sem qualquer ônus ou custo para os servidores, conforme disposto no Edital e legislação vigente, do tipo maior oferta, conforme parecer jurídico datado em 27/10/16 e depois de cumpridas todas as suas fases legais e administrativas, o Secretário Municipal de Administração, Sr. André Henrique de Almeida, HOMOLOGA o procedimento e ADJUDICA o objeto ao BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., pela oferta de R\$ 750.000,00. Caeté, 28 de outubro de 2016.

Custo desta publicação: R\$ 38,08 - Lei Mun. 1948/95

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ

Convocação

Considerando a disponibilidade de apartamentos nos Residenciais Ipê e Hibisco, a Secretária Municipal de Assistência Social/SEMAS e Coordenadora de Habitação, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados em participar do processo de seleção do Programa Minha Casa Minha Vida, da Caixa Econômica Federal, cujos nomes encontram-se na lista de espera desta Secretaria, a comparecer no período de 21/11/2016 a 20/11/2016, horário: 8h às 14h, para os procedimentos legais.

Mais informações, telefone - 36513267.
Caeté, 27 de outubro de 2016.
Polianne da Silva Rato Santos
Secretária de Assistência Social

Custo desta publicação: R\$ 32,84 - Lei Mun. 1948/95

Carta ao Leitor

por paulo antônio

19 anos

O Acontece completa segunda-feira, seu 19º ano de circulação. O jornal foi fundado em 07 de novembro de 1967 e chega aqui, na reta da edição 1.000, com circulação contínua, ininterrupta, todas as sextas-feiras, sem uma única exceção - há algum tempo o jornal antecipou sua distribuição para a quinta-feira, mantendo-se, no entanto, a data de capa de sexta-feira. A lembrança é só mesmo para manter o registro anual já que, como dissemos reiteradas vezes, não há muito o que comemorar - se é que há alguma coisa. O jornal é fruto de um projeto que buscava (e busca), ser uma mídia que contribuisse para o bem-estar do caetense, com uma leitura leve e completa nos fins de semana. Dentro deste perfil foram contempladas as colunas de culinária, causas, medicina natural, comportamento (psicologia), almanaque (datas, quebra-cabeça). Adicionalmente, o jornal assumia seu papel de responsabilidade social e o propósito de contribuir para o desenvolvimento social, político e econômico do município.

A primeira parte, do jornal-lazer, mantém-se intacta. A segunda, não. O jornal mantém a preferência de um segmento de leitores fiéis e em nenhum momento foi afetado por outros que circularam na cidade ao longo destes anos. Há cerca de um mês, foram adicionados 100 exemplares na tiragem de 3.000. Mas a cidade se transformou para pior, ou se deteriorou, como espaço de convivência urbana, com o aumento da falta de respeito às pessoas, dos furtos, roubos, assaltos, homicídios e a crescente poluição sonora, que eleva o nível de barulho onde não se produz nada (além de barulho...). Os espaços públicos disponíveis para a população foram sendo tomados para outros fins. A população vive refém, em suas casas, da marginalidade e da perturbação do sossego público.

É verdade que o município padece, particularmente nos últimos dois anos, da crise do país. Mas não foi assim ao longo destes 19 anos, quando se assistiu, em nível local, uma sucessão de descasos, omissões, impunidade e o pouco, ou nenhum, respeito à população. Ao que se soma uma visível intolerância de pseudo-lideranças locais em relação a tudo que possa somar para o município - o próprio Santuário, o dom Walmor, tem sido, volta e meia, alvo destes destemperos.

O Acontece participou destes 19 anos de história de Caeté e nunca se omitiu quando teve que criticar, apontar os desvios e contribuir para eventuais iniciativas que melhorariam a vida do município e de seus cidadãos. O último destes projetos, que caminha bem sucedido, é o do Santuário Nossa Senhora da Piedade, sustentado pela Arquidiocese de Belo Horizonte, que o Acontece vislumbrou, no início, como um marco para o fortalecimento do município e que sempre o apoiou, incondicionalmente (como fizera antes com o Estrada Real). A questão é que o projeto caminha, avança, cresce, floresce, talvez exatamente por não ter dependência de decisões e recursos de Caeté. E Caeté, virtualmente beneficiária do sucesso do projeto, não consegue colher os frutos que caminham de cima e que poderiam prover pelo menos parte de suas necessidades.

O Acontece, com certeza, caminha durante estes 19 anos. Obrigado aos nossos leitores, anunciantes, colaboradores, distribuidores e colaboradores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DE PLANO DIRETOR

INFORMAÇÃO - PARTICIPAÇÃO POPULAR

Em referência ao Edital de Convocação de Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor do Município de Caeté/2016

A Prefeitura de Caeté, no intuito de fortalecer a participação popular no processo de elaboração e revisão do Plano Diretor com base no §4º do artigo 40 e artigo 43 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade -, informa que na Audiência Pública a realizar-se na data 09.11.2016, conforme edital publicado em 21.10.2016, ocorrerá a eleição do Grupo de Acompanhamento do Plano.

O Grupo de Acompanhamento terá entre 6 (seis) e 8 (oito) participantes e será composto paritariamente entre integrantes do Poder Público e Sociedade Civil. A indicação e eleição dos membros da sociedade civil serão realizadas entre os presentes na Audiência Pública.

- Caeté, 31 de outubro de 2016.

- Prefeitura Municipal de Caeté

Custo desta publicação: R\$ 48,96 - Lei Mun. 1948/95

acontece

Paulo Antônio da Rocha - ME

Editor: Paulo Antônio - Jornalista - DRT/MG 2785/83

Redação: Praça da Matriz de S. Francisco de Assis -

José Brandão - Caeté - MG -

CEP: 34800-000 - Fone: 3651-3000 -

E-mail: acontece@caeterevista.com.br

Impressão: O Tempo Serviços Gráficos

-Tiragem: 3.100 exemplares

Representante comercial: Republicar Ltda

Na Internet: www.aconteceonline.com.br

As opiniões e conceitos emitidos em artigos assinados não são necessariamente coincidentes com os do jornal.

11

Morre o ex-vereador José Benedito Pastor, aos 89 anos

***Leonel Marques**
Causou pesar em Barão de Cocais a morte do metalúrgico e ex-presidente da Câmara Municipal, o ex-vereador José Benedito Pastor, 89 anos de idade, pai do vereador eleito e mais votado em 2016, o sindicalista Lúcio Bonifácio Pastor e da atleta olímpica de basquete, Cláudia Maria, medalha de prata na Olimpíada de 1996, em Atlanta (EUA). José Benedito Pastor nasceu em São João Batista do Morro Grande (atual Barão de Cocais), no dia 29 de março de 1927, sendo filho de José Henrique Cassimiro e da dona de casa Teodolinda Maria da Conceição, ambos cocaienses. Estudou ensino fundamental na Escola Técnica e Comercial de Barão de Cocais, quando ingressou, aos 12 anos de idade, na Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas (CBUM, atual Gerdaul), trabalhando nos altos fornos e aciares. Mais tarde, foi transferido para o escritório central da empresa, no setor de RH (Recursos Humanos), aposentando-se em 1982, após 42 anos de serviços prestados à CBUM (Cimetal Siderurgia). Casou-se com a ministra de Eucaristia, Nélia de Oliveira Pastor, com quem teve onze filhos: Maria da Conceição, Maria de Lourdes, João Batista, José Geraldo, Lúcio Pastor (vereador eleito este ano), Maria de Fátima, Eder Francisco, Maria Helena, Cláudia Maria (medalha de prata na Olimpíada de Atlanta - EUA), Denise de Cassia e Sérgio Geraldo, eleito vereador por dois mandatos, foi presidente da Câmara Municipal no período de 1971-72 e candidato

a vice-prefeito na chapa de José Newton Fonseca, contador cocaiense, na década de 1980. Nos seus últimos momentos de vida, teve ligeiro reconhecimento da vitória de seu filho, Lúcio Pastor, como vereador eleito mais votado da cidade. Católico fervoroso, foi membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Congregação Mariana, e da Sociedade São Vicente de Paulo. Fazia recrutamento de pessoas para trabalhar na CBUM e resolvia problemas no INSS para os necessitados. Amante da política e amigo dos pobres, fez o discurso fúnebre no sepultamento do advogado criminalista José de São José Ayres (José Ayres) no Parque da Colina, em BH, após, seu ex-chefe na CBUM.

Morou a vida toda no bairro Capim Cheiroso, em cuja residência recebeu os amigos para prostrar, realizando seu sonho de ver um filho entrar na política de Barão de Cocais, onde ele tanto batalhou em prol do município e das pessoas. Há três anos, em 2013, foi homenageado pela comunidade cocaiense e Câmara Municipal, com o diploma dos 70 anos de emancipação política do município, outorgado para pessoas que se destacaram nos últimos 70 anos de vida pública da cidade. Completou este ano, 89 anos de matrimônio com a esposa, Nélia de Oliveira Pastor, e os onze filhos, celebrados com missa festiva na Matriz Santuário São João Batista do Morro Grande. Foi sepultado no cemitério São João Batista, na presença de familiares e dos amigos da vida inteira.

Padre Sebastião comemora 50 anos de sacerdócio

***Leonel Marques**
O padre lazarista Sebastião Carvalho Chaves, professor e diretor do Colégio do Caraga, comemorou semana passada, no povoado do Sumidouro, ao sopé da serra do Caraga, os seus 50 anos de sacerdócio. Na ocasião, concelebrou missa festiva na Capela do Sumidouro (1874), quando, durante a homília, foi lida uma extensa carta do papa Francisco (jesuíta), parabenizando pelas bodas de ouro sacerdotais. Muito respeitado na região do Caraga, onde trabalhou no Curato de Nossa Senhora das Graças (São Bento, Brumal e Sumidouro), durante 25 anos com serviços prestados às paróquias da região. Ele dirigiu o Seminário da Fazenda do Engenho, próximo do povoado do Sumidouro, cujos

alunos estudavam na Escola Estadual Odion Behrens, em Barão de Cocais, juntamente com os padres lazaristas, João e José Saravia (irmãos) e o parapsicólogo padre Francisco Trombert, professor de Matemática do Colégio do Caraga, por muitos anos, até que o estabelecimento foi incendiado em maio de 1968. Também o padre Sebastião Chaves, elaborou a missa festiva dos 20 anos de jornalismo de Leonel Soares Marques, concelebrada pelo monsenhor Gerardo Magela Pereira, pároco de Barão de Cocais, na Matriz Santuário São João Batista do Morro Grande (1764-1785), primeiro projeto arquitetônico de Aleijadinho. Padre Sebastião atualmente está trabalhando no Instituto São Vicente, em Belo Horizonte.

caetenews.com.br

O Portal da Cidade

Classificados

acontece* 21/10/2016

Depósito Pinheiro

Do grosso ao fino acabamento
R. Cal Júlio Mota, 490 - Bonsucesso - 3651.4133

Aulas e Cursos

Aula Particular de PORTUGUÊS PARA CONCURSOS PÚBLICOS E OUTROS FINS (conf. Edital): **REDACÇÃO, REDACÇÃO OFICIAL, INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS, LIT. BRASILEIRA**. Procurar prof. Jadir Martins CRP-559 - Local p/ informações e aulas: r. Josefino Fernandes Costa, 21 - P. Branco - (próximo à Igreja Adventista)
Aula Particular de FÍSICA E MATEMÁTICA PARA CONCURSOS PÚBLICOS E OUTROS FINS (conf. Edital) e **ENSINO FUNDAMENTAL** 3651-2455/ 9.9953-2455 (Dona Eva)

Diversos

MULTIBOX DECORAÇÕES - Box, Penseiras e Cortinas. Janelas e Portas de vidro temperado. Torço PVC, fechamento de Pl. R. Antônio Duarte, 90 - Pedra Branca. 3651.5765

Frete

BORRACHARIA 24H EBENEZER - Sérgio Reis e Eliana. 9.7128-8899 Rua Lafaiete, 171, Penadã, Caeté. 3651.3009

Empréstimo

EMPRESTIMO para Aposentados do INSS, Funcionários Públicos Estaduais e Federais. Sempre as melhores taxas. 3651-2157 (Márcia)

Imóveis-Vende-se

APTO, 3 quartos, no bairro Par. Eustáquio (BH) 2 vagas na garagem. 3651-2944, 3651-0386 ou 3377-3453 3651.5858

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAETÉ

A Prefeitura Municipal de Caeté e o Conselho das Cidades convidam para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor de Caeté. O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Data: 09 de Novembro de 2016 (quarta-feira)
Local: Auditório da FEC, Avenida Padre Vicente Cornélio Borges, 390, Bairro José Brandão

Horário: das 9h30 às 12h

Participantes: Representantes do Poder Público municipal e estadual, da Câmara dos Vereadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das entidades metropolitanas, da Equipe Técnica da UFMG e da Agência Metropolitana, bem como da população em geral.

Pauta: Lançamento público da revisão do atual Plano Diretor; apresentação e formulação de um processo participativo com envolvimento do governo municipal e da sociedade local; função técnica da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Agência Metropolitana e Equipe Técnica da UFMG.

Caeté, 19 de outubro de 2016

José Geraldo de Oliveira Silva

Prefeito de Caeté

Anderson Divino Oliveira

Representante do Conselho das Cidades

Cópia deste Edital: 25 % (1/3) - 14.10.2016

Marcondes Vital luta jiu-jitsu nos Emirados Árabes

***Leonel Marques**
O atleta cocaiense Marcondes Tadeu Vital, sobrinho do jornalista J.D. Vital, participa na próxima sexta-feira, dia 28, em Abu Dhabi, próximo a Dubai (Emirados Árabes), do Ali-Ain International Professional Championship (Torneio do Campeonato Internacional de Jiu-Jitsu), no continente asiático pela primeira vez. Marcondes Vital viaja terça-feira e luta na sexta, dia 28, acompanhado do mestre João Batista Andrade, da Academia Andrade, de Caeté, e permanece naquela país durante dez

dias, retornando no dia 5 de novembro. Professor de artes marciais e campeão internacional de jiu-jitsu e taekwondo, Marcondes tem se preparando física e psicologicamente com o mestre João Andrade, também campeão internacional de jiu-jitsu. Marcondes participou, ano passado, do Torneio Internacional de Nio Gi (Jiu-Jitsu), nos Estados Unidos, onde classificou-se em terceiro lugar. Segundo ele, agora está mais experiente e espera ganhar o torneio internacional de jiu-jitsu em Dubai, este ano.

Imóveis- Aluga-se

PARA CASAL - Horista, diarista e mensalista. Menor preço de Caeté. Hora: R\$ 25; Diária: R\$ 40; Mensal: R\$ 250. Preço promocional para aposentados. Conforto e segurança. Lugar gostoso de ficar com garagem. Joyce Girl. Rua Cel. José de Melo, 404. Bonsucesso. 3657-9635/ 8635-6882

CASA, 4 quartos, garagem, área de serviço e churrasqueira, com sistema de segurança, na Cidade Jardim. 9.8285-6726 (Marcelo) 3651.5277

PARA TEMPORADA, apartamento na Praia do Morro, em Guarapari. 3651-1022 3651.5277

PARA TEMPORADA, casa na Praia do Morro, em Guarapari (ES). 3651-5277/ 9.8405-5845 3651.5277

CASA com loja de aprox. 80m² e galpão com 400m², na Av. Jair Dantas, Mundéus. 3651-5277/ 9.8405-5845 3651.5277

LOJA com 832m² no centro comercial da Pedra Branca, perto da Caixa, em estado de acabamento. 3651-5277/ 9.8405-5845 3651.5277

LOJA com 100m² na Av. Carlos Cruz, 528, (B. 1 e 2 (próximo à Secretaria de Assistência Social)). 9.8243-5656 3651.5277

OU VENDO - LOJA com 57m² na Av. Jair Dantas, 35 (próximo à mini rodoviária, em José Brandão). 9.9343-5656 3651.5277

Ótica

ALESSANDRA - 3651-3571 - Av. João Pinheiro, 1.265 - Centro. Temos todos os tipos de armações (nacionais e importadas) Nova linha de óculos esporte. Nacionais e Importados. Confira! Temos produto para limpeza de lentes de óculos. Serviço rápido, laboratório próprio. Cobrimos qualquer orçamento, com 15% de desconto.

NOVA VISÃO - O conforto e a segurança para seus olhos. A mais nova coleção em armações e óculos esportivos, com o melhor preço da cidade! (Cobrimos qualquer orçamento). Rua Cadete de Melo, 362, Pedra Branca. 3651.4057 - Sandra. **CONSULTÓRIO OFTALMOLÓGICO** - Próximo atendimento: 1911, a partir de 8h. Consulta completa, fundo de olho, pressão ocular, catarata. R. Cadete de Melo, 368, P. Branca. Marque já sua consulta pelo 3651.4904 ou 3651.4057

CONSULTÓRIO OFTALMOLÓGICO - Próximo atendimento: 28/10, a partir de 13h. Agenda sua consulta. Exame completo: fundo de olho, pressão ocular e diagnóstico de catarata. Av. João Pinheiro, 1293 - 2º andar, (ao lado do Foto Caeté) - 3651-3571

Serviços

SINTECO CHEIRA - Desde 1980! Raspagem de tacos, serviços com aplicação de sinteco e verniz ZU 10, ZU 80, Polair. Reabilitação de decks. R. Cláudio Pinheiro de Lima, 170, Centro. 9181-7418/ 9645-6565

GELADEIRA - Conserta-se geladeiras, freezers e congeladores. 9.874-5613, 9132-8841 ou 3651-5397

PASSADEIRA/AJUDANTE DE COZINHA. Procu trabalho. Passo roupa em casa de família. Caeté ou BH. Fim de semana ou 2X na semana. Tenho referência. 96964-7062
CUIDADORA DE IDOSOS OU BABÁ. Procu trabalho. Aceito trabalhar em Caeté ou Belo Horizonte. Tenho referência. 97354-1355 (Cláudia Lúcia)

Veículos

CARRO GOL POWER, prata, ano 2003, Total Flex, direção hidráulica - 1.6, alarme, vidro elétrico, som, ar condicionado. Valor R\$ 14.000. Venha ver. Contato 9.8765-0932 (João)

Telefones Úteis			
Biblioteca Pública	3651-3322	Secret. Ocular	3651-3324
Câmara Municipal	3651-4136	Sacat. Saúde	3651-3646
Cartório (Luzias)	3651-2121	Sinco	3651-3443
Casa de Cultura	3651-3235	Sine	3651-2307
Cemitério	118	Tramco	3651-1391
Condom. Tufano	3651-1895		
Condom. Centro	3651-2679	PONTO DE TAXI	
Condom. Distrito	3651-1855	Mir. Rodoviária	3651-1810
Defensor Civil	3651-2025	Praca da Matriz	3651-4805
Farmácia Prefeitura	3651-3263	Praca Deusim Vazquez	3651-4564
FEC	3651-2644	Rodoviária	3651-2887
Iluminação Pública	0800-035-1547	Rodoviária	3651-3095
INSS	3651-1491	Carta. Caixa	3651-1122
Jornal Acontece	3651-3000	MOTOTAXI	
Museu Regional	3651-2388	Atual	3651-5111
Quilombo Municipal	3651-1344	Ata	3651-2781
Presidência Caeté	3651-6213	América	3651-5111
Parque de S. Francisco	3651-1145	Amazs	3651-3305
Polícia Civil	3651-1831	Autônomos	3651-2179
Polícia Federal	0800-2333	Avulso	3651-4771
Polícia Militar	3651-1877	Banco	3651-5089
Polícia Militar RP	180	Caeté Real	3651-2482
Procur. Municipal	3651-6551	Centro	3651-7177
Procto. Atendimento	3651-7272	Cooperativa	3651-5842
Saia	3651-5100	Expresso	3651-9897
Santa Casa	3651-7493	José Brandão	3651-3818
Santa Casa	3651-7272	Melo, Centro	3651-1177
Santidade N. S. Piedade	3651-6336	Pedra Branca	3651-1853
Sarar	3651-2862	Portais	3651-4777
Secret. Ass. Social	3651-3443	Propriedade	3651-4162
Secret. Educação	3651-3237	São Geraldo	3651-4730
Telefones Úteis - Patrocinados			
Telefonia Mobil	3651-1705		
Tele. Pizza Tropical	3651-4970		



JORNAL OFICIAL DE CAETÉ



Órgão Oficial de Divulgação dos Poderes Públicos Municipais - Ano XVI - Edição 510 - 31 de outubro de 2016

Caeté recebe pesquisa do Plano Nacional de Tráfego



Caeté recebe, de 19 a 25 de novembro, a pesquisa do Plano Nacional de Tráfego, que será realizada na BR-381, próximo ao Amigão.

Na segunda-feira (31), o Prefeito Zezé Oliveira se reuniu com o responsável pelo posto de pesquisa de Caeté, Tenente Thiago Brandão Wunderlich, e secre-

tários municipais Júlio Teixeira, Wallace Júnior e Antônio Moreira.

O encontro definiu o apoio da Prefeitura de Caeté para a pesquisa, com alojamento, que será escolhido após verificação dos locais disponíveis, para os cerca de 40 militares que vão trabalhar na cidade.

Plano Nacional de Tráfego – Realizado por meio de pesquisas de Origem e Destino e de Contagem Volumétrica e classificatória, o Plano vai coletar dados de viagens de cargas e passageiros, volume de tráfego, e informações socioeconômicas nas rodovias de todo o país.

A pesquisa é feita pelo Exército Brasileiro em cooperação com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e possibilita diversos estudos e avaliações que direcionam os investimentos em infraestrutura do setor de transportes.

Prefeitura realiza audiência para revisão do Plano Diretor

A Prefeitura de Caeté realiza, no dia 9 de novembro (quarta-feira), a Audiência Pública de lançamento da Revisão do Plano Diretor de Caeté. O evento acontece no auditório da FEC, a partir das 9h30.

A iniciativa tem o objetivo de informar e iniciar o processo para readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Serão realizadas três audiências que vão contar com a participação de equipe técnica da UFMG e representantes da Agência Metropolitana, envolvendo

também a Prefeitura, Câmara, representantes de entidades, movimentos sociais e iniciativa privada.

Revisão do Plano Diretor de Caeté

Data: 9 de novembro (quarta-feira)

Horário: 9h30

Local: Auditório da FEC (Av. Padre Vicente Cornélio Borges, 390, José Brandão)

Mais informações: (31) 3651-3223



JORNAL OFICIAL DE CAETÉ

Órgão Oficial de Divulgação dos Poderes Públicos Municipais

Lei Municipal 2.003 de 22 de abril de 1997

Lei Municipal 2.929 de 16 de abril de 2015

Sede e Administração: Prefeitura Municipal de Caeté

Órgão Responsável: Secretaria de Governo e Relações Institucionais

Endereço: Praça João Pinheiro, 15, Centro, Caeté-MG

Segunda-feira, 24 de outubro de 2016

JORNAL OFICIAL DE CAETÉ

3

lações Institucionais, a Sra. ADRIANA CRISTINA AUGUSTO, a partir de 20 de outubro de 2016.

Caeté 24 de outubro de 2016.
JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA SILVA
- PREFEITO MUNICIPAL -
Paulo Fernandes Sanches
- Procurador Geral do Município -

PORTARIAS

"ERRATA DA PORTARIA Nº 026/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016".

Modifica artigo 1º da Portaria 026/2016.

ONDE SE LE:

Art. 1º - Fica estabelecido o dia 28 de outubro, sexta-feira, como data de comemoração do Dia do Servidor Público, conforme artigo 1º do Decreto nº 39.971, de 15 de outubro de 1998 (ponto facultativo).

LEIA-SE:

Art. 1º - Fica estabelecido o dia 3 de novembro quinta-feira (ponto facultativo) e dia 4 de novembro sexta-feira, Dia do Servidor Público, acompanhando o Decreto NE Nº 560, de 20 de outubro de 2016 (ponto facultativo) do Estado de Minas Gerais.

Caeté 24 de outubro de 2016.
JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA SILVA
- PREFEITO MUNICIPAL -
Paulo Fernandes Sanches
- Procurador Geral do Município -

PORTARIA Nº 028/2016

"DETERMINA A ABERTURA DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DOUTRAS PROVIDÊNCIAS" O Procurador Geral do Município de Caeté, no uso das atribuições que lhe são conferidas por delegação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal através do inciso XV do artigo 5º do Decreto nº 254/2014 e a Secretária Municipal de Governo e Relações Institucionais,

Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, pelo qual deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos,
Considerando que a Associação Pró-Melhoramento do Bairro Vila das Flores firmou o Convênio nº 051/2015 do qual, mesmo devidamente notificada, não prestou as devidas contas,

RESOLVEM:

1 - Tendo em vista a ausência de prestação de contas relativas ao Convênio nº 051/2015 firmado pelo Município de Caeté com a Associação Pró-Melhoramento do Bairro Vila das Flores, fica determinada a abertura de procedimento de Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

2 - Fica delegada à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica a competência para o cumprimento do item "1" desta Portaria.

3 - Fica criada Comissão para proceder à Tomada de Contas Especial, composta pelos seguintes servidores: Edilaine Aparecida Souza Silva, Presidente, e Matheus Soares de Almeida, Secretário.

4 - A Comissão pautará seus trabalhos pela Instrução Normativa nº 03/2013, emanada do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e demais normas de direito público aplicáveis à

espécie, garantindo sempre o contraditório e a ampla defesa.

Publique-se, Registre-se e Compre-se.

Caeté, 24 de junho de 2016.
Paulo Fernandes Sanches
- Procurador Geral do Município -
Kassimara Rejane Santos Rosa Vital
- Sec.Mun.de Governo e Relações Institucionais -

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratificação da Dispensa de Licitação - Art. 24 - Inciso IV

Aquisição de medicamento para fornecimento para paciente conforme Processo de Dispensa nº 354/16. Valor total: R\$1.752,24 - Fornecedor: Drogaria Araújo S/A

Ratificação da Dispensa de Licitação - Art. 24 - Inciso IV

Aquisição de medicamento para fornecimento para paciente conforme Processo de Dispensa nº 357/16. Valor total: R\$1.279,60 - Fornecedor: Drogaria Araújo S/A

Ratificação da Dispensa de Licitação - Art. 24 - Inciso IV

Aquisição de medicamento para fornecimento para paciente conforme Processo de Dispensa nº 358/16. Valor total: R\$ 698,00 - Fornecedor: Drogaria José Brandão Ltda.

Ratificação da Dispensa de Licitação- Art. 24 Inciso IV

Aquisição de Medicamentos para o paciente Gerson dos Santos, conforme processo de dispensa N 364/2016. Valor: R\$2.426,40 (Dois mil quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos). Fornecedor: Viamed Comercial Ltda.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAETÉ

A Prefeitura Municipal de Caeté e o Conselho das Cidades convidam para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR DE CAETÉ. O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Data: 09 de Novembro de 2016 (quarta-feira)
Local: Auditório da FEC, Avenida Padre Vicente Cornélio Borges, 390, Bairro José Brandão
Horário: das 9h30 às 12h

Participantes: Representantes do Poder Público municipal e estadual, da Câmara dos Vereadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das entidades metropolitanas, da Equipe técnica da UFMG e da Agência Metropolitana, bem como da população em geral.
Pauta: Lançamento público da revisão do atual Plano Diretor; apresentação e formulação de um processo participativo com envolvimento do governo municipal e da sociedade local; função técnica da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Agência Metropolitana e Equi-

pe técnica da UFMG.

Caeté, 19 de outubro de 2016
José Geraldo de Oliveira Silva
Prefeito de Caeté
Anderson Divino Oliveira
Representante do Conselho das Cidades

PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL 023/2016

O MUNICÍPIO DE CAETÉ/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará, no dia 11 de novembro de 2016, às 09h30min, em sessão pública no Auditório do Anexo Administrativo da Prefeitura Municipal de Caeté, Av. Jair Dantas, 216, José Brandão, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por lote, objetivando a aquisição de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Proposta FNS nº 11348.416000/1140-05, destinado à participação exclusiva das empresas abrangidas pela LC 123/2006, regido pelo Edital e anexos, Leis Federais 8.666/93, 10.520/02 e alterações, Decreto 3.555/00 e demais normas pertinentes. VALOR ESTIMADO: R\$ 56.906,39. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na íntegra gratuitamente no site www.caete.mg.gov.br. Mais informações pelos telefones (31) 3651-8047/3339. Caeté, 13 de outubro de 2016.

PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

PROCESSO Nº 001/2015

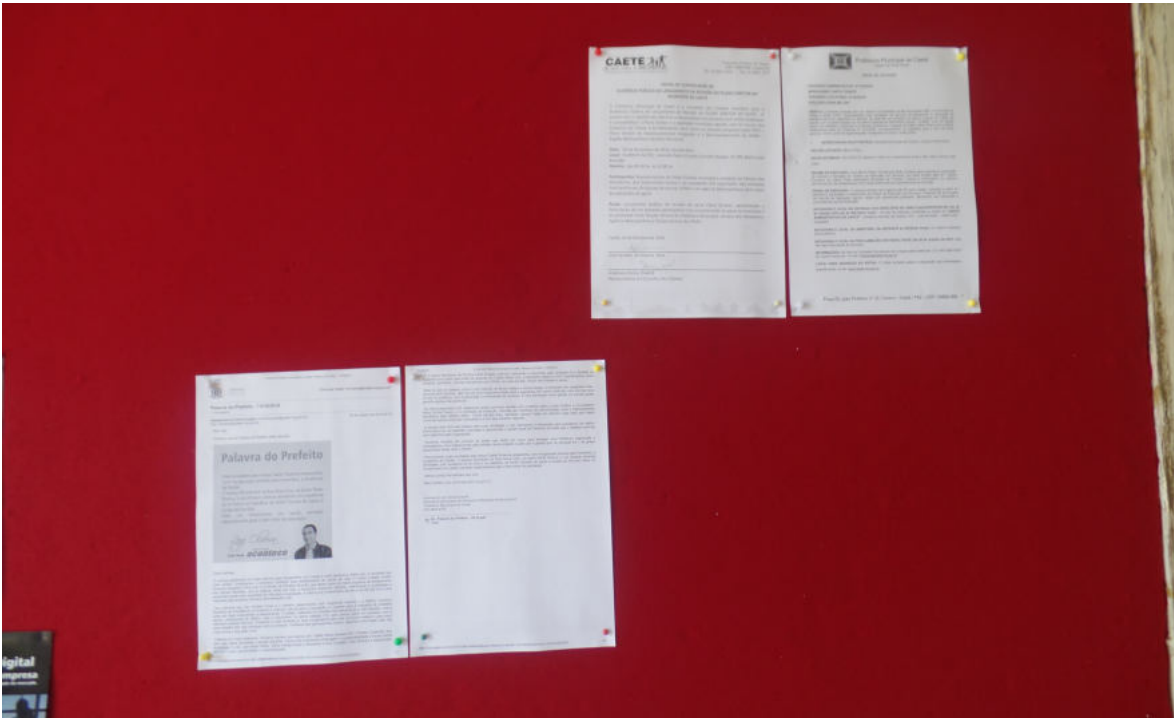
Empresa: MONITORA SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. - CNPJ nº 09.025.241/0001-60. Processo de origem: Dispensa de Licitação na forma do inciso IV, do art. 24, da Lei nº 8.666/93 - Contrato AJ/CO nº 028/2012. Objeto: Prestação de serviços de segurança eletrônica através da locação, implantação, manutenção e monitoramento de sistemas de alarme, com transmissão de sinais wireless, GSM (GPRS/SMS) e linha disca em prédios públicos do município.

PROCESSO Nº 001/2016

Empresa: OXIMIL OXIGENIO MINAS GERAIS LTDA. - CNPJ nº 66.358.979/0001-82. Processo de origem: Pregão Presencial nº 013/14 - Sistema de Registro de Preços nº 012/14. Objeto: Fornecimento de cargas de gás oxigênio cilindro com 1m3, 3m3, 10m3 destinados a pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE CAETÉ RETIFICAÇÃO

A FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE CAETÉ, faz saber que em sua publicação no jornal oficial número 507 do dia 10 de outubro de 2016, o CONTRATO ADM/FCC-023/2016, FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE CAETÉ, MINAS GERAIS, foi publicado como contratada a empresa Transcol Ltda, mas a contratada é VALOR PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA - ME. VALOR GLOBAL: R\$1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais). FUNDAMENTO: a presente contratação decorre da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2016, PROCESSO LICITATÓRIO 023/2016, nos termos do art. 24, inciso II da lei nº 8.666/93.





ANEXO VI - MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

– MODELO –

(LOGOMARCA DA PREFEITURA)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXX

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXX { *(e caso exista)*... e o Conselho das Cidades} convida (m) para a Audiência Pública de Lançamento da Revisão do PLANO DIRETOR de XXXXXXXXXXXX. O evento tem o objetivo de informar e desencadear um processo que venha readequar e compatibilizar o Plano Diretor e a legislação municipal vigente, com os marcos dos Estatutos da Cidade e da Metrópole, bem como os avanços propostos pelo PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Data: xxx de XXXXXX 2016, XXXXX-feira ou sábado

Local: XXXXXXX (ex. auditório...) Rua xxxxxxx, número xxxx, bairro xxxxx

Horário: das XXXXXX hs as XXXXXX hs (2 horas e meia de duração)

Participantes: Representantes do Poder Público municipal e estadual, da Câmara dos Vereadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das entidades metropolitanas, da Equipe técnica da UFMG e da Agência Metropolitana, bem como da população em geral.

Pauta: Lançamento público da revisão do atual Plano Diretor; apresentação e formulação de um processo participativo com envolvimento do governo municipal e da sociedade local; função técnica da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Agência Metropolitana e Equipe técnica da UFMG.

Município, data XXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura de representante do poder executivo

(eventualmente)

Representante do Conselho das Cidades

ANEXO VII - CONVITE PARA REFORÇAR MOBILIZAÇÃO – MODELO E EMAIL ENVIADO AO MUNICÍPIO

A EQUIPE DO PLANO METROPOLITANO DE REVISÃO DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS JUNTAMENTE À AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RMBH E AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS CONVIDAM PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE:

CAETÉ

DATA: 09 de Novembro 2016

HORA: 09:30

LOCAL: Fundação Educacional de Caeté

Ave. Padre Vicente Cornelio Borges,
20 - Bairro José Brandão

AGENDA COMPLETA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

04/11/16	Audiência Pública de Baldim_ 14:00 Local: Câmara Municipal de Baldim Rua Vitalino Augusto, 75 - Centro
04/11/16	Audiência Pública de Juatuba_ 17:00 Local: Câmara Municipal de Juatuba Rua Mario Teixeira - Centro
07/11/16	Audiência Pública de Vespasiano_ 14:00 Local: Auditório da Prefeitura Municipal Ave. Prefeito Sebastião Fernandes, 479 - Centro
08/11/16	Audiência Pública de Sarzedo_ 09:30 Local: Câmara Municipal de Sarzedo Rua Professora Efigênia Mendonça, 199 - Vila Satélite
08/11/16	Audiência Pública de Mateus Leme_ 17:00 Local: Câmara Municipal de Mateus Leme Ave. Getúlio Vargas, 736 - Centro
09/11/16	Audiência Pública de Caeté_ 09:30 Local: Fundação Educacional de Caeté Ave. Padre Vicente Cornelio Borges, 20 - José Brandão
09/11/16	Audiência Pública de Itaiaiçu_ 14:00 Local: Ginásio Santino Mendonça Chaves Rua Anísio Chaves Mendonça - Centro
09/11/16	Audiência Pública de Nova União_ 17:00 Local: Câmara Municipal de Nova União Ave. José Afonso Fernandes, 825 - Centro
10/11/16	Audiência Pública de Rio Manso_ 14:00 Local: Câmara Municipal de Rio Manso Rua Vicente Luiz da Silva, 144 - Souza Lima
10/11/16	Audiência Pública de Campim Branco_ 15:00 Local: Câmara Municipal de Capim Branco Praça Jorge Ferreira Pinto, 20 - Centro
16/11/16	Audiência Pública de São Joaquim de Bicas_ 09:30 Local: Auditório da Escola Municipal Atidório Amaral Rua Ruberval Dias, 18 - Tapanuara

Convite Audiência Pública Revisão Plano Diretor

Entrada x



Heloisa Andrade <helo.and51@gmail.com>

4 de nov



para Cco:ademirmb, Cco:ademirmb, Cco:adriano.nereu, Cco:anderson.olive., Cco:charlestharia, Cco:desenvolviment., i

Reforçando convite da Prefeitura Municipal de Caeté a equipe do plano metropolitano de revisão dos planos diretores municipais (UFMG), em conjunto com a Agência Metropolitana convida para audiência pública:

Data: 09 de novembro de 2016

Horário: 09:30

Local: Fundação Educacional de Caeté

Equipe de Mobilização Plano Diretor

(31) 9 8779-3113

(31) 3234-0301



Convite Audiência Pública Revisão Plano Diretor

Entrada x



Heloisa Andrade <helo.and51@gmail.com>

4 de nov



Reforçando convite da Prefeitura Municipal de Caeté a equipe do plano metropolitano de revisão dos planos diretores municipais (UFMG), em conjunto com a Agência Metropolitana convida para audiência pública:

Data: 09 de novembro de 2016

Horário: 09:30

Local: Fundação Educacional de Caeté

Equipe de Mobilização Plano Diretor

(31) 9 8779-3113

(31) 3234-0301



de: **Heloisa Andrade** <helo.and51@gmail.com>

para:

cc: ademirmb@camadadecaete.mg.gov, "ademirmb@yahoo.com.br" <ademirmb@yahoo.com.br>, adriano.nereu@caete.mg.gov.br, anderson.oliveira@caete.mg.gov.br, charlestharia@hotmail.com, desenvolvimentoeambiente@caete.mg.gov.br, hugosavio2009@hotmail.com, comunicacao@caete.mg.gov.br, leandro.lguerra@yahoo.com.br, mmanoelrodrigues@yahoo.com, nilo.txe@hotmail.com, walnei.pinheiro@caete.mg.gov.br, caete@emater.mg.gov.br, derza.nogueira@cbhvelhas.org.br

data: 4 de novembro de 2016 14:18

assunto: Convite Audiência Pública Revisão Plano Diretor

enviado por: gmail.com

ANEXO VIII - ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PLANO DIRETOR

O Município deve providenciar:

Infraestrutura para Audiência Pública:

- Local apropriado para o evento
- Equipamento de som (se possível, dois microfones)
- Projetor (data show), computador, telão.

Equipe de suporte:

- Recepção (mínimo de duas pessoas)
- Lista de Presença
- Pessoa responsável para secretariar e fazer a ata da audiência

Grupo de Acompanhamento:

a) O grupo de acompanhamento será formado por dois representantes do poder público municipal, um representante do Legislativo e três da sociedade civil.

b) O poder público municipal deve indicar com antecedência dois representantes para o grupo de acompanhamento. Os representantes do Legislativo e da Sociedade Civil serão escolhidos na Audiência Pública.

c) Complementação do Edital: publicar complementação do Edital conforme orientações abaixo especificadas.

Mobilização ampla da sociedade civil (entidades, associações, conselhos, fóruns, movimentos sociais, entre outros).

Ampla divulgação da audiência: além dos convites oficiais priorizar outras formas de mobilização tais como faixas, rádios, etc.

Equipe de Mobilização dos Planos Diretores
Belo Horizonte, 27 de outubro de 2016

ANEXO IX - FORMATO AUDIÊNCIA

Programação		Responsáveis	Duração
Abertura	Composição de mesa	CERIMONIAL (PREFEITURA)	20 MIN
	Apresentação / registro de presença autoridades		
	Fala de autoridade local		
	Programação		
Contextualização Local	Apresentação Sucinta do Plano Diretor Vigente	REPRESENTANTE MUNICÍPIO	20 MIN
Contextualização Metropolitana	Apresentação Sucinta Plano de Revisão : Diretrizes Conceitos Características Contrato + Resgate PDDI + Macrozoneamento	EQUIPE UFMG	40 MIN
Apresentação do Plano de Revisão dos PDs	Agenda de Elaboração do Trabalho		
	Atribuições do Grupo de Acompanhamento		
Contribuições	Abertura da Fala aos Presentes		20 MIN
Votação	Eleição Grupo de Acompanhamento		20 MIN
Fechamento	Leitura da Ata da Audiência	CERIMONIAL (PREFEITURA)	15 MIN
	Considerações Finais		

ANEXO X - MINUTA DA ATA DA AUDIÊNCIA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

– MODELO –

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Às 00 horas e 00 minutos do **dia 00 do mês Novembro do ano de 2016**, tendo por local a(o) **Nnnnnnnn nn Nnnnnn**, situado na (rua, Avenida, Alameda) **Nnnnnnnnn nn Nnnnn**, foi realizada audiência pública convocada pelo(a) Prefeito(a) Municipal e pelo Presidente(a) da Câmara Municipal do Município de **Nnnnnn nn Nnnnnn**, no Estado Minas Gerais, com a finalidade de dar início ao Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal.

Para a condução da presente Audiência Pública foram convidados, para compor a mesa:

- **(inserir nome completo, cargo e Instituição de todos os membros da mesa)**
- Após a composição da mesa foi dada a palavra ao(à) Sr.(a) **(nome e cargo da autoridade local)** que destacou **(inserir um breve resumo da apresentação da autoridade local)**

Em seguida foi apresentada a pauta da reunião, composta pelos seguintes tópicos principais:

- Contextualização Local;
- Apresentação do Processo de Revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais;
- Contribuições dos presentes à reunião;
- Eleição dos Grupos de Acompanhamento;
- Encerramento.

Após apresentação da pauta o(a) Sr(a) **(inserir nome completo, cargo e Instituição)** apresentou um panorama da legislação urbanística vigente no município. Na sequência a(o) Sr(a) **(nome completo e cargo de membro da Equipe UFMG)** contextualizou o Contrato N° 002/2016, firmado no mês de setembro do corrente ano entre a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - AGÊNCIA RMBH, e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD / UFMG, com previsão de execução em 15 meses. O corpo técnico assumiu a palavra e conduziu a exposição sobre o processo de revisão do Plano Diretor Municipal no contexto do planejamento metropolitano, bem como destacou as etapas e os produtos decorrentes do contrato em tela. Todos os produtos serão encaminhados ao Executivo Municipal, culminando com a versão revisada do Plano Diretor, contendo, inclusive, as propostas de projetos de leis complementares. Foi então aberta a fala aos presentes na audiência. **Relato breve das participações:** O Sr.(a) tomou a palavra e lembrou... caso não houver participações, anotar: e não havendo intervenções, deu-se sequência às atividades. No tópico seguinte, foi encaminhada a eleição do Grupo de Acompanhamento. Definiu-se que o Grupo de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de **Xxxxxxxx** será composto por (x) membros, organizado da seguinte forma:

- 0X membros do Poder Executivo Municipal (especificar);
- 0X membros do Poder Legislativo Municipal (especificar);
- 0X membros da sociedade civil (especificar);

Tendo como base a definição organizacional do Grupo de Acompanhamento foi realizada a eleição dos membros, a seguir apresentados:

- (Nome d(a)o cidadã(o), vinculação institucional / social)
- (Nome d(a)o cidadã(o), vinculação institucional / social)
- (Nome d(a)o cidadã(o), vinculação institucional / social)

Os membros do grupo de acompanhamento eleitos terão sua representação ratificada por decreto municipal a ser editado pela prefeitura. Cumprido o último ponto da pauta proposta encaminhou-se para o encerramento da audiência pública, sendo que esta contou com a presença de 000 cidadãos, conforme a lista de presença anexa. Na oportunidade, após debate com a comunidade e a população em geral, foi oficializada a abertura da revisão do Plano Diretor do Município de Nnnnnn nn Nnnnnnn. Os trabalhos foram finalizados às 00 horas e 00 minutos daquela data. Para constar, nome completo do funcionário que lavrou a ata, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Prefeito do Município.

Nnnnnn Nnnnnnn Nnnnnn
Presidente da Câmara Municipal d
Município de Nnnnn

Nnnnnn Nnnnnnn Nnnnnn
Prefeito do Município de Nnnnnn
Nnnnnnn

ANEXO XI - ATRIBUIÇÕES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

ATRIBUIÇÕES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE XXXX AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO

O Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor apresenta-se como instância fundamental no processo participativo iniciado nesta Audiência Pública. De caráter paritário, o Grupo atua, sobretudo, como um canal de comunicação com os distintos atores envolvidos na revisão do Plano (poder público, sociedade civil, universidades, etc.). Nesse sentido, deve contar com pessoas interessadas e engajadas nos processos de planejamento e mobilização social que ocorrem no município.

Dessa forma, as principais atribuições do Grupo de Acompanhamento são as seguintes:

1. Participar da capacitação específica sobre temas relacionados à revisão do Plano Diretor, a ser promovida pela equipe técnica da Universidade;
2. Participar das audiências públicas, oficinas e demais reuniões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor;
3. Promover a divulgação e disseminação das informações produzidas ao longo dos trabalhos desenvolvidos;
4. Discutir com os setores que representam sobre toda e qualquer informação de interesse público relativa ao processo de revisão do Plano Diretor;
5. Auxiliar na estruturação e funcionamento do Espaço Plano Diretor –físico e virtual;
6. Fornecer, caso existentes, dados e informações produzidos pelas diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil organizada que possam subsidiar os trabalhos de revisão do Plano;
7. Auxiliar, em parceria com o poder público estadual, na leitura, análise e sugestões dos produtos entregues referentes às diferentes etapas do trabalho desenvolvido pela equipe técnica.

O Grupo de Acompanhamento será composto por membros titulares e suplentes representantes do poder público (executivo e legislativo) e da sociedade civil (movimentos sociais, entidades de classe, empresários, etc.). Sua formalização se realizará via decreto municipal, o qual será promulgado após a realização desta Audiência de Lançamento.

O mandato dos membros eleitos é vigente até o encerramento das atividades da equipe técnica que coincide com a entrega da Minuta de Lei do Plano Diretor para as deliberações e votação na Câmara Municipal.

ANEXO XII - MINUTA DO DECRETO LEI DE LEGITIMAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

– MODELO –

Decreto nº XX de XX de XXXXXX de 2016

Regulamenta e constitui o Grupo de Acompanhamento de Revisão do Plano Diretor do Município de XXXXXX.

O Prefeito de XXXXXX, no uso de suas atribuições legais presentes no artigo XXX da Lei Orgânica do Município de XXXXXX de XX de XXXX de XXXX, no intuito de dar início ao processo de revisão do Plano Diretor conforme o §3º do artigo 40 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 por meio do processo de participação popular nos termos dispostos no artigo XXX da Lei Complementar do Município de XXXXXX nº XXX de XX de XXXXXX de XXXX e em consonância com o §4º do artigo 40 e artigo 43 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e em referência à Audiência Pública ocorrida em X de XXXXXX de XXXX convocada pelo Edital de Convocação publicado em XX de XXXXXX de XXXX,

DECRETA:

Art. 1º - O Grupo de Acompanhamento para revisão do Plano Diretor de XXXXXX, Lei Complementar do Município de XXXXXX nº XXX de XX de dezembro de XXXX, é composto por 6 membros titulares e seus respectivos suplentes na seguinte organização:

- I** – 2 Membros do Poder Executivo;
- II** – 1 Membro do Poder Legislativo;
- III** – 3 Membros da sociedade civil.

Parágrafo único. A composição do grupo de acompanhamento deverá sempre ser no mínimo paritária. Caso o número membros representantes da sociedade civil, por motivos supervenientes, se torne menor que 3, deverá ser reduzida a participação do Poder Público (Membro do Poder Executivo e/ou Membro do Poder Legislativo).

Art. 2º - A composição dos membros representantes da sociedade civil, titulares ou suplentes, apenas poderá ser alterada por meio de Audiência Pública convocada nos termos da Resolução Recomendada nº 25 de 18 de março de 2005 do Ministério das Cidades em atendimento aos princípios da publicidade e participação popular.

Art. 3º - A composição de titulares e suplentes do Grupo de Acompanhamento eleita em Audiência Pública realizada em XX de XXXXXX de 2016 é:

- I** - NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro do Poder Executivo;
- II** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro do Poder Executivo;
- III** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro do Poder Legislativo;
- IV** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil;
- V** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil;
- VI** – NOME (Titular); NOME (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil.

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDH-MBH

**Processo de Revisão de Planos
Diretores de Municípios da Região
Metropolitana de Belo Horizonte**

**Plano diretor participativo
Município de Caeté**

Caeté, 09 de Novembro de 2016

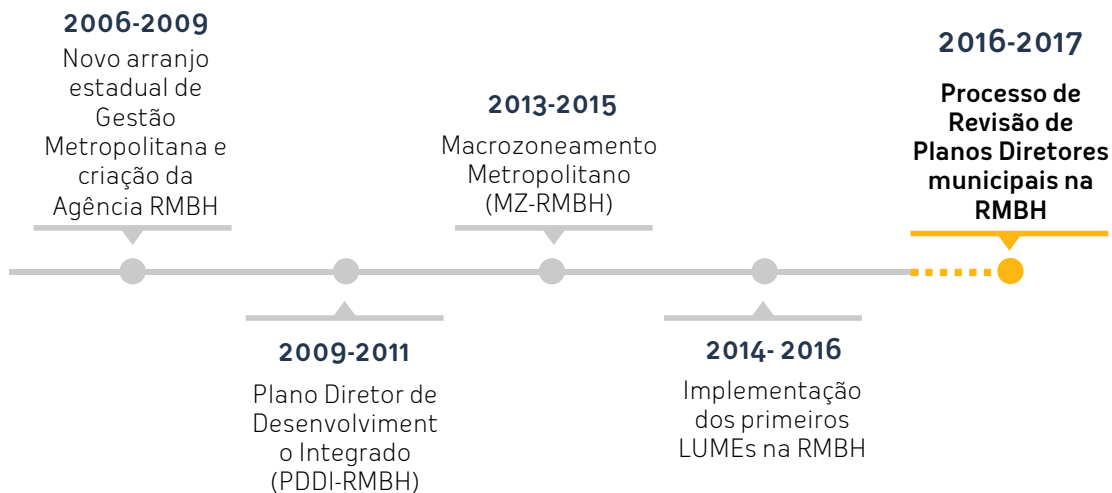


Apresentação





Contextualização



Revisão do Plano Diretor

objetivos

1. Detalhamento das Zonas de Interesse Metropolitano, da Trama Verde e Azul e das Diretrizes do Macrozoneamento Metropolitano da RMBH em instância local
2. Assessoramento à revisão dos Planos Diretores de 11 (onze) municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH





Revisão do Plano Diretor

diretrizes gerais

1. Desenvolvimento do projeto de forma democrática e participativa: valorização do aprendizado social como complemento ao saber técnico;
2. Compatibilização, desenvolvimento e desdobramento local do PDDI e do Macrozoneamento Metropolitano;
3. Município enquanto parceiro no desenvolvimento das propostas;
4. Ideal de planejamento e gestão compartilhada do território metropolitano;
5. Amplo processo de participação social;
6. Construção de um sentimento de cidadania metropolitana.



Atores





Bases norteadoras do trabalho

Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257 / 2001

Estatuto da Metrópole – Lei nº 13.089 / 2015

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH)

Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH)



Estatuto da Cidade

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
ARTIGOS 182 E 183**

**ESTATUTO DA CIDADE
LEI FEDERAL 10.257/2001**

NÍVEL
FEDERAL

PREVISÃO

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

REGULAMENTAÇÃO

LEI ESPECÍFICA PARA INSTRUMENTOS

NÍVEL
MUNICI-
PAL

Execução

Fiscalização

Revisão

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE



Estatuto da Metrópole

art. 9

Sem prejuízo da lista apresentada no art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, no desenvolvimento urbano integrado de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

**PDDI-
RMBH**

art. 12

Plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá considerar o conjunto de Municípios que compõem a unidade territorial urbana e abranger áreas urbanas e rurais.

II – o macrozoneamento da unidade territorial urbana

**MZ-
RMBH**



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI

POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS

DIMENSÕES ESTRUTURANTES E EIXOS TEMÁTICOS

TERRITORIALIDADE

INSTITUCIONALIDADE

ACESSIBILIDADE

SEGURIDADE

SUSTENTABILIDADE

URBANIDADE

POLÍTICAS

PROGRAMAS

PROGRAMAS

PROGRAMAS

PROGRAMAS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS

PROJETOS



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI

Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo

Programa de Macrozoneamento Metropolitano;

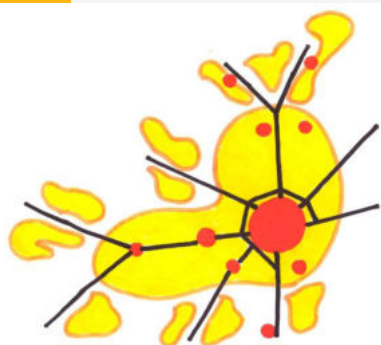
Programa de Regulação do Uso do Solo;

Programa de Apoio à Revisão das Legislações Municipais;

Programa de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável.



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI

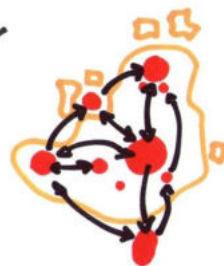
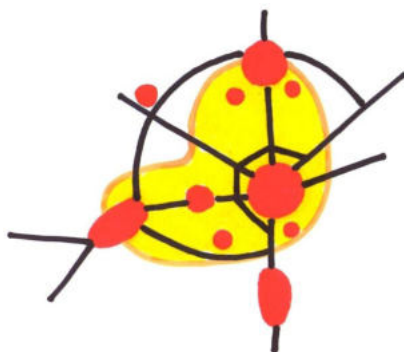


Situação atual:

Metrópole monocêntrica e estendida; sistema viário rádio-concêntrico

Situação desejada:

Metrópole policêntrica e compacta; sistema viário organizado em rede





Macrozoneamento Metropolitano



ZIMs

Zonas de Interesse
Metropolitano



AIMs

Áreas de Interesse
Metropolitano



TVA

Trama Verde e Azul

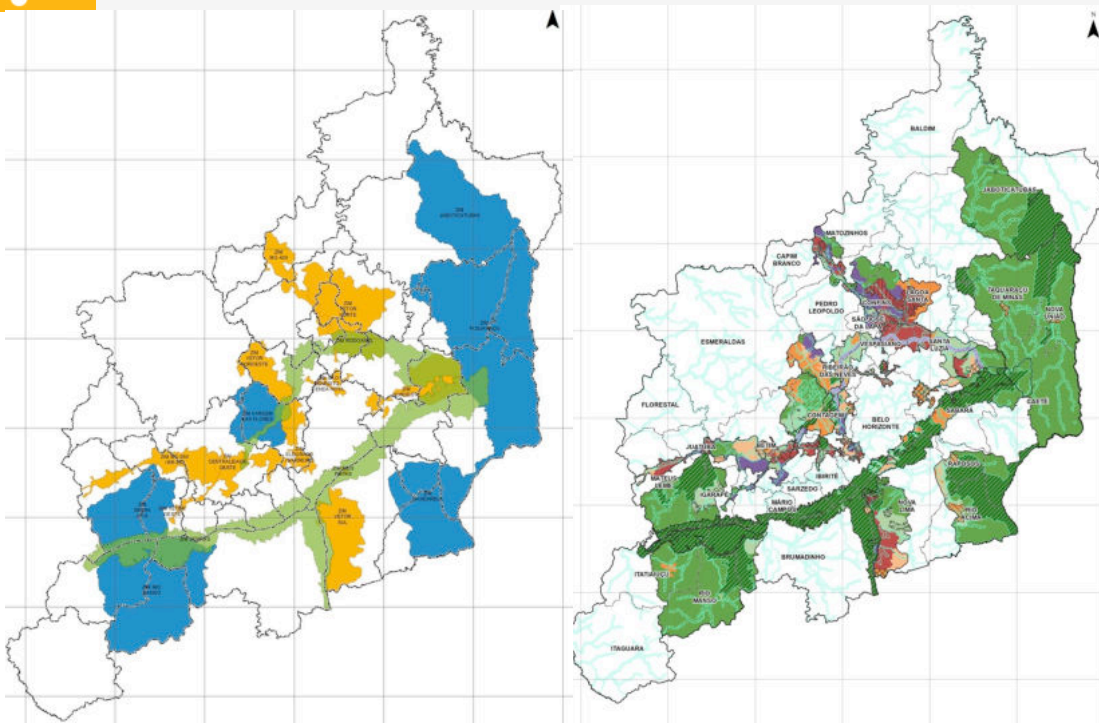


LUMEs

Lugares de
Urbanidade
Metropolitana



Macrozoneamento Metropolitano





Etapas do Processo de Revisão PD



Processo Participativo



ESPAÇO PLANO DIRETOR
espaço físico e digital para sistematização de informações, trocas de saberes e formação de atores. Embrião dos LUMES



GRUPO DE ACOMPANHAMENTO
Grupo formado por membros da sociedade civil e do poder público responsáveis por acompanhar e contribuir sistematicamente com o processo de revisão.





Processo Participativo

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

1. Participar da capacitação específica sobre temas relacionados à revisão do Plano Diretor;
2. Participar das audiências públicas, oficinas e demais reuniões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor;
3. Promover a divulgação e disseminação das informações produzidas;
4. Discutir com os setores que representam sobre informações de interesse público relativa ao processo de revisão do Plano Diretor;
5. Auxiliar na estruturação e funcionamento do Espaço Plano Diretor –físico e virtual;
6. Fornecer dados e informações produzidos pelas diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil organizada que possam subsidiar os trabalhos de revisão do Plano;
7. Auxiliar, em parceria com o poder público estadual, na leitura, análise e sugestões dos produtos desenvolvidos pela equipe técnica.

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH